

NOVOS RUMOS

ANO V

Rio de Janeiro, 7 a 13 de junho de 1963

Nº 204

Artigo de Jacob Gorender, na página 4

Portos Param à Meia-Noite

A partir de meia-noite de hoje, os portos de todo o Brasil estarão paralisados e assim continuarão enquanto não for restabelecida a autonomia sindical do Sindicato dos Estivadores de Santos, ocupado desde a noite de terça-feira pela polícia do governador-geral Ademar de Barros, que atendeu a despacho de Jânio Juvino de Aguiar, conhecido por suas sentenças contra os trabalhadores. A decisão foi tomada na noite de quarta-feira pelo Pacto de Unidade e Ação, que se deu de decretar a greve nacional dos estivadores, ocasionando as seguintes categorias que participam do or-

ganismo de unidades sindicais e permanecer de sobressaio e aguardar a decisão a ser adotada pela entidade na reunião que realizará dia 8, às 18 horas.

Em Santos, onde reina um clima de tensão e violência, com grande concentração de policiais, soldados das Forças Armadas e Polícia Militar, os estivadores encontram-se em greve há mais de 24 horas (cerca de 17.000 trabalhadores do porto paralisaram suas atividades) e no momento em que se desenvolvem os trabalhos desta edição, o Fórum Sindical de Debates para decidir sobre a convocação de uma greve geral na cidade em solidariedade aos estivadores.

BRASÍLIA PAROU PARA RECEBER O CGT

Dirigentes Sindicais a Jango: Organizar Ministério Capaz de Fazer as Reformas de Base

João XXIII

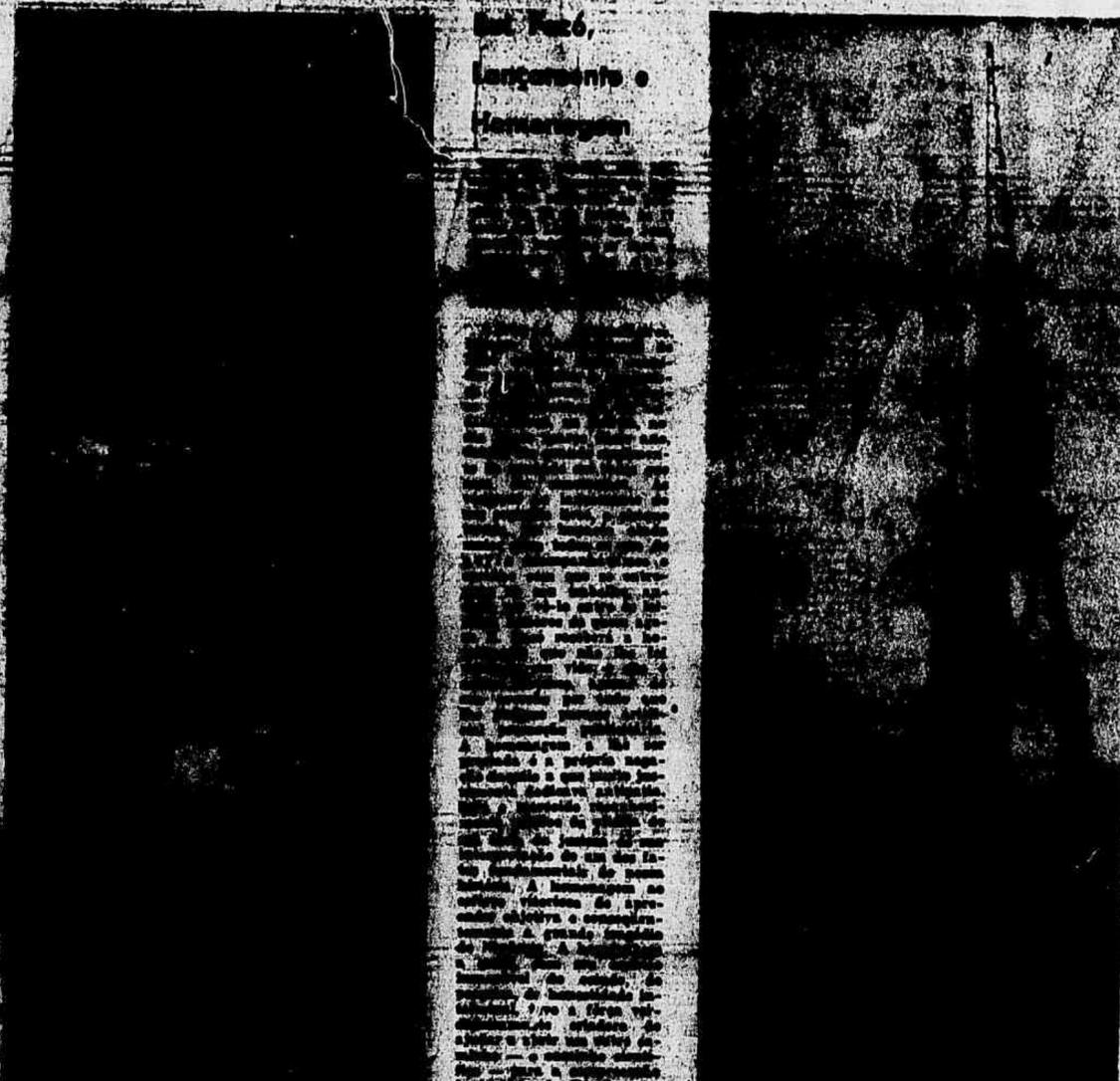
O desencadear da Paz, João XXIII — papa angustioso — de um mundo — e da humanidade. De todos os papas de nossa época, ele se destacou por ter pensado a morte de Deus da Igreja Católica.

João XXIII ficará na história como o Papa da Paz. E não se trata de uma paz qualquer, mas de uma paz que se inicia com a abertura da Igreja Católica para a guerra e a corrida armamentista, pela construção de um mundo de diferentes relações sociais e políticas que permita a realização de uma situação de equilíbrio e harmonia entre duas entidades — o Estado e a Igreja — e a Terra e o Céu.

Não apenas os fiéis católicos, mas as pessoas progressistas em geral, anseiam também o fim de ter o mundo da Paz, em suas condições e outras pronunciadas, abertamente, para a realização de uma situação de equilíbrio e harmonia entre duas entidades — o Estado e a Igreja — e a Terra e o Céu.

As atitudes assumidas por João XXIII — contrárias à guerra e aos privilégios anti-humanos — ao mesmo tempo em que representam favorável ponto entre as pessoas amantes da paz e do progresso, despertaram a oposição, as vezes até hostil, de grupos conservadores, que chegaram a afirmar haver a Igreja incorrido em excessos. Essa reação se verificava inclusive em altas esferas da Igreja Católica, como é o exemplo, em nome pelo de cardeal Jaime Câmara.

Por tudo isso, o mundo moderno e a paz da Paz — o modesto camponês e o soldado que, conduzido à chafiz da Igreja Católica, soube se impor ao reconhecimento, ao respeito e, hoje, à salvação de todos os homens que aspiram à paz, à liberdade e ao bem-estar sobre a terra.



Brasil parou completamente as suas atividades na tarde de quarta-feira última para receber as delegações de dirigentes sindicais e populares que, sob a liderança do Comando Geral dos Trabalhadores, ali estiveram para entrar em contato com o presidente da República e membros do Congresso Nacional, com o objetivo de fazer sentir às mais altas autoridades do Executivo e Legislativo a necessidade da imediata aprovação das reformas de base — o programa de reformas que foram a luta integrada por homens identificados com a plataforma nacionalista e democrática apresentada pelos trabalhadores brasileiros.

Milhares de bancários, funcionários públicos, operários da construção civil, comerciantes, enfim homens e mulheres de todas as profissões paralisaram suas atividades numa demonstração inequívoca de que o povo brasileiro não está disposto a esperar indefinidamente que o Governo e o Parlamento prossigam em suas atitudes protelatórias quanto ao atendimento das mais profundas aspirações nacionais. Grandiosa concentração popular foi realizada na tarde de quarta-feira em frente à Câmara dos Deputados, no momento em que dirigentes sindicais de todo o País, sob a direção do CGT, mantinham contato com integrantes daquela Casa do Congresso.

O CGT entregou ao presidente da República e aos parlamentares o texto de um manifesto à Nação, cuja íntegra damos na 3ª página, no qual reafirma a decisão dos trabalhadores de paralisarem as atividades em todo o País como medida extrema capaz de impulsionar a rápida aprovação pelo Congresso da reforma agrária e de outras medidas de interesse imediato para a Nação, consubstanciadas em sua plataforma de 5 pontos. A greve geral de Brasília é apenas uma prova dessa determinação dos trabalhadores brasileiros.

Est. Fozé, Lançamento e Montagem

Est. Fozé, Lançamento e Montagem. O lançamento e a montagem do Est. Fozé, Lançamento e Montagem. O lançamento e a montagem do Est. Fozé, Lançamento e Montagem.

GREVE SALVA A ESTRUTURA SINDICAL

Paralisando a aviação comercial, os portos, os telefones, as refinarias de petróleo e as mais importantes ferrovias do País, durante dois dias, dezenas de milhares de trabalhadores brasileiros fizeram pela primeira vez a greve em defesa do mandato de um líder sindical — o comandante Paulo de Melo Santos, herói da FAB, demitido pela VARIG após quinze anos de serviço, por ter denunciado num programa de televisão a situação insustentável das companhias de transporte aéreo.

Sobre o movimento — que retraduzirá mais forte se não se efetivar até o dia 9 de corrente a garantia oferecida pelo presidente da República de que o comandante Paulo Santos será readmitido — veja o nosso reportagem na página 2.

Greve em Brasília Contra o Empréstimo Compulsório

Em Brasília a greve foi de 24 horas, envolvendo a greve de bancários, de Paulo e outros bancários em greve em defesa do mandato de um líder sindical — o comandante Paulo de Melo Santos, herói da FAB, demitido pela VARIG após quinze anos de serviço, por ter denunciado num programa de televisão a situação insustentável das companhias de transporte aéreo.

A greve de Brasília teve também significado mais amplo: os bancários pararam também em solidariedade ao CGT, contra a proposta de Bond and Share, pelas reformas de base, especialmente a agrária com reforma da Constituição, e pelo suprimento pelos bancos estrangeiros das necessidades salariais da classe. Na Guanabara, reunidos no sede do Sindicato, os bancários decidiram a mobilização geral para a luta pela rejeição, no Senado, do empréstimo compulsório, causando a classe a população vigilante e preparada para deflagrar a greve geral.

GRACILIANO É PRESENTE APÓS DEZ ANOS DE MORTO

Livros, documentos, originais, fotografias, cartas e bilhetes pessoais, numa reconstituição da vida de intelectual de Graciliano Ramos, estão em exposição na Biblioteca Nacional, numa mostra comemorativa do décimo aniversário da morte do grande escritor.

Grande parte do material exibido na exposição — que permanecerá aberta até o dia 20 do corrente — pertence à coleção de D. Heloisa Ramos, esposa do autor de «Vidas Secas».

É a companheira de Graciliano que, na página 5, em entrevista concedida a Regina Montana, traz aos leitores a pessoa do inortal romancista, que foi em vida um incansável militante comunista.

Gráficos da GB Escrevem A-B-C Das Reivindicações

É A MAIOR

Está sendo construída em Moscou, nas imediações do antigo parque de Ostankino, uma grandiosa torre de televisão, com nada menos de 520 metros de altura. Será a maior obra de cimento armado até agora construída no mundo. A gigantesca torre permitirá duplicar o raio de alcance das emissoras de televisão da capital. Através dela, serão transmitidos quatro programas em branco e preto, um programa em cores, podendo ser feitas também várias emissões de radiodifusão, em ondas ultra-curtas. Serão instalados na torre de Ostankino dois elevadores, para uso dos excursionistas. Milhares de moscovitas e de turistas poderão contemplar do alto da torre a capital soviética.

PARA O PROGRESSO

Cuba está recebendo continuamente de Moscou automóveis e máquinas-ferramentas, aparelhos, medicamentos, tecidos e motores elétricos.



Os moscovitas têm grande orgulho em cumprir antecipadamente as encomendas do governo cubano. Ainda agora, comemorando o aniversário de Fidel, a Fábrica Manomitr preparou para os cubanos uma nova partida de aparelhos: bombômetros, potenciômetros e outros. Na mesma ocasião, uma outra fábrica enviava sem mil relogios a Cuba.

METAS ATINGIDAS

Foram obtidos bons resultados nos quatro primeiros meses deste ano, no cumprimento das quotas do plano de produção na Albânia. As empresas subordinadas ao Ministério da Indústria atingiram a 105,3% da meta estabelecida para abril. Alguns números: indústria mecânica, 102,2%; elétrica, 101,7%; produtos alimentícios, 106,4%.

A TODO VAPOR

Antes da guerra, o principal meio de pagamento da Tchecoslováquia eram as mercadorias de amplo consumo. Atualmente, o primeiro lugar é ocupado pelas máquinas e instalações. A participação da maquinaria na exportação elevou-se de 6,4% em 1937 para 45% em 1960. Enquanto isto, a produção industrial aumentava de 2,8 vezes, tomando por base os anos de 1950 e 1960. A parte da manufatura dos meios de produção no volume total da indústria cresceu aproximadamente em 60% no ano de 1960 e a da produção de maquinaria em cerca de 84%.

TODOS ESTUDAM

Mais de 150 mil operários romenos frequentaram, em 1962, diversos cursos de qualificação, ministrados nos próprios locais de trabalho. O aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores se fez mais necessário em face da utilização generalizada de técnicas mais avançadas na produção. Outros 40 mil trabalhadores estudaram em escolas profissionais e técnicas, para operários e contramestres. E estão contribuindo, para o bom desenvolvimento desses cursos, mais de 2.500 comissões integradas por engenheiros e técnicos de dezenas de empresas industriais e agrícolas.

NOVO TEAR

Foi construído na Bulgária, sob a direção do projetista Stefan Samnalliev, um novo tipo de tear, no qual as lançadeiras não se movem. Essa inovação vem aliviar o trabalho, aumentar a produção e, ao mesmo tempo, simplificar as máquinas têxteis. Acentua-se que o valor da invenção assume maior relevo porque os antigos teares podem ser readaptados, com a colocação das lançadeiras imóveis.

DEBATE AMPLIO

Cerca de seis milhões de cidadãos iugoslavos, isto é, um terço da população do país, participaram de 70 mil reuniões populares, organizadas para discutir e antepor a nova Constituição da Jugoslávia. Mais de 300 mil pessoas formularam perguntas, fizeram proposições e observações a respeito. Conferências, emissões de rádio e televisão, publicações que atingiram mais de 700 mil exemplares, auxiliaram essa discussão, a mais ampla já realizada no país.

PÁSCOA EM BERLIM

Mais de 60 mil cidadãos da Alemanha Ocidental visitaram, durante as festas da Páscoa, parentes e amigos residentes em Berlim, na República Democrática Alemã. Vários grupos de visitantes aproveitaram a oportunidade para examinar as obras realizadas na RDA, manifestando grande interesse pela construção do socialismo e expressando sua admiração pelos êxitos alcançados.



MECANIZAÇÃO

Um dos mais importantes aspectos da gigantesca tarefa de mecanização da agricultura na China Popular consiste no adiantamento de vários milhões de trabalhadores e técnicos agrícolas. A eles são ministrados ensinamentos sobre o manejo e o fabrico de tratores, topografia, clima, solo, sementeiras e sistemas agrícolas. Na província de Jehungchlang, foram preparados nos últimos anos 40.000 tratoristas, mecânicos, dirigentes agrícolas, desenhistas de máquinas e investigadores científicos para o trabalho nas fazendas locais e em alguns pontos chave do resto do país. Na metade das terras cultiváveis dessa província são empregados instrumentos modernos.



De 25 de maio a 1.º de junho, os gráficos da Guanabara se reuniram em Congresso, cujas resoluções, plenamente afinadas com recentes conclusões de outras categorias profissionais, serão encaminhadas ao Congresso Nacional dos Gráficos, que ainda este mês se reunirá em Salvador, Bahia. Aproximadamente 200 profissionais, representando a totalidade dos estabelecimentos gráficos do Rio, examinaram durante aquele encontro os cinco pontos do teor, estudando as suas reivindicações específicas, os problemas da organização sindical, Previdência Social, Legislação Social e Trabalhista e assuntos da política nacional.

No curso do Congresso ocorreu a greve dos aeronautas e aeroviários em defesa do mandato sindical do comandante Melo Bastos. Uma vigorosa moção foi votada por unanimidade em defesa daquele co-

nhecido líder sindical, enquanto uma outra, com idêntica votação, condenava as atividades divisórias do sr. Gilberto Crokatt de Sá, e de outros "elementos espúrios sem nenhuma expressão no seio das massas trabalhadoras" e "reafirmava a posição de apoio irrestrito da classe gráfica ao CGT".

REIVINDICAÇÕES DOS GRÁFICOS

Os problemas relacionados com o contrato coletivo do trabalho e a instituição do salário profissional foi uma das preocupações fundamentais da comissão que estudou as reivindicações específicas dos gráficos. A questão da aplicação da portaria 262, que trata do pagamento das taxas de insalubridade, também mereceu especial atenção, de mesma forma que a jornada de trabalho no setor de jornais e revistas, a defesa do parque industrial gráfico e o ensino técnico. Sobre este último ponto o Sindicato vai gestionar junto ao Ministério do Trabalho para que, mediante convênios, funcio-

nem cursos de aprendizagem nas empresas, sob supervisão dos sindicatos, ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Recomendações para que a diretoria do sindicato estabeleça um programa de solidariedade com as entidades dos jornalistas e radialistas — eis a mais importante resolução da Comissão de Organização Sindical. Ainda nesse ponto foram tratadas a reestruturação do Conselho de Representantes, para torná-lo mais dinâmico, a organização de delegações sindicais em municípios vizinhos do Rio, a construção de sede própria e a contribuição mensal dos filiados ao sindicato.

PREVIDENCIA SOCIAL

Foi a questão da previdência social que os gráficos guanabarrinos dispensaram maior atenção, a respeito da qual foram extraídas sete resoluções de mais plena atualidade e importância, com subitâneas que oferecem um retrato da corporação do tipo de

previdência social que os gráficos reivindicam. As exigências dos trabalhadores gráficos, nessa parte, estão relacionadas com o processo de arrecadação, benefícios e serviços sociais, assistência médica e pericial, reabilitação profissional, acidentes do trabalho e doenças profissionais, assistência habitacional e administração. Sobre tais pontos foram votadas as seguintes resoluções, em louvável esforço no sentido de dar à Previdência Social o funcionamento e seriedade de que se resente.

LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

Os gráficos vão lutar para que os trabalhadores tenham estabilidade com 5 anos de emprego, pela semana de 40 horas e pelo período de férias de 30 dias, sem prejuízo para aqueles setores que já as gozam por período maior. A participação do empregado nos lucros das empresas, contrato coletivo de trabalho, direito dos sindicatos de trabalhadores fiscalizarem o cumprimento da CLT, horário noturno,

ANTES DO ENCERRAMENTO

O I Congresso dos Trabalhadores Gráficos da Guanabara confirmou as resoluções de recentes encontros de entidades irmãs, deliberando pelas reformas de base, reformulação das legislações trabalhista e social, democratização do voto, política exterior independente etc. Na sessão de encerramento (foto) tomaram assento à mesa, entre outros, os líderes sindicais Giovanni Romita, Miguel Paizão, Newton de Oliveira e o ex-senador Luiz Carlos Prestes.

CONTINUA CALADO

Um piloto português, Jacinto Soares Veloso, salido político em Tanganica, acaba de denunciar que cem patriotas angolanos foram executados na cadeia elétrica, num campo de concentração localizado numa das ilhas do Cabo Verde. O avião lusitano fugiu de Moçambique a 12 de março, em avião da força aérea portuguesa, e fez graves acusações ao governo do sr. Oliveira Salazar. Afirmou ainda que os campos de concentração da ditadura portuguesa foram construídos de forma idêntica aos da Alemanha nazista, com trabalhos forçados, espancamentos, execuções, fome e doenças de todo tipo, que dizimam centenas de pessoas anualmente. Entre os presos se incluem também padres, mulheres e jovens. O alto clero de Lisboa nada disse a respeito, até o momento.

DE GAULLE ATÔMICO



Não andam muito boas as relações entre De Gaulle e Kennedy. O Mercado Comum, a OTAN, a força atômica, são alguns dos elementos que estão dividindo os dois governos. Até mesmo a substituição do poderio nuclear americano está sendo feita por De Gaulle. Ainda agora, o ministro de Informação francês sr. Peyrefitte, disse que a Força Aérea Nuclear independente do presidente De Gaulle será muito mais moderna que a dos Estados Unidos ou Inglaterra. Explicou que os bombardeiros estratégicos desses países já estão ultrapassados, são obsoletos em relação aos 50 aviões supersônicos franceses "Mirage IV", que breve entraram em serviço. Concluiu dizendo que a prova dessa superioridade estava em que o governo inglês solicitara, graças do novo tratado, para fabricá-lo na Grã-Bretanha.

POLÍTICA NACIONAL

Partindo do estudo da situação política e econômica do país, os gráficos reafirmaram seu apoio ao manifesto do Comando Geral dos Trabalhadores e afirmaram-se dispostos a lutar pela reforma agrária, pela execução da lei de remessa de lucros para o exterior, pelo não pagamento de subsídios aos exportadores de café, pela tributação progressiva dos grupos econômicos, pela reforma bancária, nacionalização das empresas estrangeiras, defesa da Petrobrás e pelo comércio com todos os povos, etc.

O encontro dos gráficos tratou, igualmente, do processo político brasileiro, manifestando-se pela democratização da lei eleitoral com direito de voto aos soldados e analfabetos.

NÓVO RECORDE

O desemprego nos Estados Unidos — segundo dados oficiais que refutaram o encobrir uma verdadeira extensão — atingiu, há mais de cinco anos, aproximadamente 6% da mão-de-obra do país. No Japão, há 11% de desempregados; na Alemanha Ocidental, 12%; na França, 1,9%; na Grã-Bretanha, 2,4% e na Itália, 4,3%. Comentando esses dados o "Wall Street Journal" diz que nos países estrangeiros o desemprego é menor que nos EUA porque a mão-de-obra não é utilizada tão racionalmente. A racionalização do trabalho, a automatização, como se vê, embora contribuam para o aumento do desemprego, dão reflexos positivos na ascensão dos lucros. Espírito cristão.

FRANCO NÃO TEM FOLGA

Chegam notícias de toda a Espanha sobre aumento de preços. Ainda agora, na cidade de Valência, subiram as tarifas de transportes de 50% a 100%, conforme os itinerários, o que tem levantado energias protestos da população. Movimentos grevistas surgem em todas as regiões do país. Na zona mineira das Astúrias reina grande tensão, havendo os trabalhadores cruzado os braços, exigindo melhores salários e a reintegração de dezasseis companheiros deportados por Franco, em consequência da última greve. A paralisação do trabalho vem atingindo vários setores, apesar da repressão de Franco que, como Lacerda, não é o muito amigo de greves de solidariedade.

PAUSA PARA MEDITAÇÃO

O presidente da organização patronal da Alemanha ocidental, sr. Paulsen, deu sua opinião favorável a uma espécie de lei "Taft-Hartly", proposta pela União Democrata-Cristã. Exige, ao mesmo tempo, "bases legais para a imposição de uma pausa de reflexão, em caso de negociações de contratos coletivos", em que haja litígio entre empregados e patrões. O porra alemão acrescentou que já passou a época em que se podia impor salários "sob maciça pressão grevista". Como se sabe, a "Taft-Hartly" é uma lei antigrevista norte-americana, que tem servido para reprimir vários movimentos reivindicatórios dos trabalhadores iníquos.

PANORAMA OCIDENTAL



Na cidade de Jackson (Mississippi) um grupo de brancos atacou vários negros que se encontravam num restaurante, agridindo-os a socos e pauladas e atirando-lhes molho de tomate e de mostarda. Outros negros e brancos que portavam cartazes pela integração foram detidos. Em High Point, 500 manifestantes negros que desfilavam pacificamente foram atacados a pedradas por racistas, cujo ódio se concentrou particularmente num branco que se solidarizara com a manifestação. O branco foi brutalmente espancado pelos furiosos racistas. Em Clarksville, no Tennessee, 300 estudantes negros não conseguiram entrar num restaurante. Em vários pontos da Flórida e da Carolina do Norte houve da violência contra negros. Este é o panorama dos últimos dias no país líder do Ocidente. Enquanto isto, Kennedy continua muito preocupado com o problema da "integração".

MUNDO INCORRIGÍVEL

Dois grupos de jovens de um bairro pobre de Washington foram submetidos, durante cinco anos, a pesquisas por assistentes sociais, especializados em psiquiatria. Dos integrantes do grupo colocado sob supervisão permanente dos especialistas, 69% foram considerados delinquentes incorrigíveis. No outro grupo, que não recebera qualquer assistência psiquiátrica, apenas 65% se incluíram nessa categoria de delinquentes. As pessoas de inteligência média perceberão facilmente que o mal não é da assistência ou da falta dela. Viva o mundo livre esse incorrigível delinquent!

Respeito ao Mandato Sindical



ANTES DAS OUTRAS

Durante dois dias permaneceram nos pátios de manobras a maioria dos aparelhos da aviação comercial brasileira. Em defesa do mandato sindical do comandante Paulo Melo Bastos, aeronautas, aeroviários, ferroviários, trabalhadores em petróleo e operários navais cruzaram os braços, na primeira greve dessa natureza já realizada em nosso País.

Revivendo Lidice

No dia 11 de junho próximo, às 20.30 hs., realizar-se-á no Auditório do Ministério da Educação e Cultura um ato de recordação do heróico sacrifício da aldeia tcheca LIDICE, extirpada pelas hordas nazistas no dia 10 de junho de 1942, e que se tornou um exemplo mundial da barbárie nazista e um símbolo da luta pela Paz e contra o fascismo. Na ocasião falarão o ministro Domingos Velasco, e os deputados Valério Caldas Magalhães e Campos Vergal.

Na parte final do Ato será apresentado um filme sobre LIDICE. Os organizadores desta comemoração convidam o público em geral. O aniversário do extermínio de LIDICE será comemorado também, como em todos os anos, na localidade brasileira de Lidice, no município de Rio Claro — Estado do Rio de Janeiro.

NOVOS FUMOS
Propriedade de EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.
Diretor: Orlando Bomfim Júnior
Diretor Executivo: Fragmon Carlos Borges
Redator Chefe: Luis Cassiano
Gerente: Guttemberg Cavalcanti
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17.º andar, sala 1712 — Telefone 42-7944 — Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9.º andar, sala 906 — Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS

EDICÃO DE MINAS GERAIS
Relação e Administração: Rua dos Carijós 121, 2.º andar, S/204 — Telefone 4-8866 — Belo Horizonte
Sucursal de São Paulo: Rua 15 de Novembro, 223, 5.º andar, sala 527 — Telefone 38-0458
Sucursal do Paraná: Rua José Loureiro, 133 — 3.º andar, sala 311 — Curitiba

Assinaturas
Anual Cr\$ 1.000,00
Semestral » 500,00
Trimestral » 260,00

Assinatura Aérea
Anual Cr\$ 2.500,00
Semestral » 1.200,00
Trimestral » 600,00
Número avulso » 20,00
Número atrasado » 30,00

Dezenas de milhares de trabalhadores brasileiros foram pela primeira vez a greve em defesa do mandato de um líder sindical. O grandioso movimento que, nos dias 31 de maio e 1.º de junho, paralisou a aviação comercial, os portos, os estações e algumas das mais importantes ferrovias refletiu a maturidade já alcançada pelo movimento sindical no Brasil. Aeronautas, aeroviários, portuários, operários navais e trabalhadores em petróleo não cruzaram os braços apenas em solidariedade ao comandante Paulo Melo Bastos, demitido violentamente da VARIG. Na realidade, o conhecido líder sindical passou a encarnar, perante as massas trabalhadoras, um simbolismo de especial significação, posto que a arbitrariedade de que foi vítima atingia menos a ele do que ao conjunto da estrutura sindical.

Por que a VARIG demitiu o comandante Melo Bastos? Seria ele um profissional contra o qual a empresa poderia apontar qualquer deficiência? Suas atividades se caracterizariam pela falta de

Penha convida

Com três animadas festas nos dias 13, 23 e 29 do corrente os moradores da Penha comemorarão a passagem das datas juninas deste ano. Os bailes, com muita música, foguetaria, canção e quentão, serão realizados no "Arraial Itaú", na rua Itaú, 233.

serenidade ou pela não identidade com os desejos das massas? Teria ele, finalmente, sido desleal com os seus patrões, revelando segredos empresariais cu atando contra os interesses da companhia a que estava vinculado há mais de 9 anos?

Nem a má-fé do nazista Rubem Berta encontrou qualquer razão, entre os quesitos acima, para justificar a demissão sumária do comandante Melo Bastos. A dispensa desse trabalhador significou o rompimento formal de tudo que a Legislação Trabalhista consagrou, foi a mais clara manifestação de que o todopoderoso Berta não respeitava nossas leis, nossas autoridades, a jurisprudência dos nossos tribunais.

O comandante Melo Bastos — coronel da Força Aérea Brasileira, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos e desta representando junto à Comissão Permanente de Estudos Técnicos da Aviação Civil, do DAC — foi obrigado, por direito e pelo dever que essa qualificação lhe impõe, a denunciar ao povo brasileiro a situação da aviação comercial brasileira. Foi precisamente isso que fez, recentemente, após trágico desastre em São Paulo, que suprimiu dezenas de vidas. Foi exatamente por ter cumprido o seu dever como cidadão brasileiro e dirigente sindical, que contra o

acatado líder desabaram as iras fascistas do sr. Rubem Berta, um dos maiores beneficiários das bandalheiras que infestam as empresas de transportes aéreos, de tal maneira profundas e vinculadas a grupos ligados ao Governo, que não cessaram ou diminuiram, sequer, com dois inquéritos parlamentares já realizados.

Apesar do volume de provocações que desencadeou e que se materializaram na cumulância de altas patentes da Aeronáutica e da Presidência da República, foi vitoriosa — em princípio — a greve dos aeronautas brasileiros. Ninguém conseguirá minimizar seu sucesso, por maior que seja o empenho em abastecer jornais e emissoras com falsos comunicados e infamantes notas. É importante salientar que tão legal foi a atitude dos dirigentes da VARIG que nem mesmo o sindicato das empresas de aviação comercial atreveu-se a dar solidariedade àquela companhia. Ao contrário, diretores das demais empresas exerceram pressão sobre o Governo no sentido de que obrigasse o sr. Rubem Berta a desistir das suas pretensões de vice-rei do País e cessar com a provocação que gerou a crise.

No mais, existe apenas o empenho em silenciar todos os que se batem pela criação da Aerobrás. No mais, é a explícita resistência ao exame da contabilidade das empresas de aviação. Vitoriosos nessa primeira etapa da luta, continuam mobilizados os organismos sindicais — agora acrescidos de outros — para um novo

Novo Ministério

Chega ao fim o primeiro Ministério presidencialista do sr. João Goulart. Ao ser constituído, sobre ele se manifestaram os comunistas, através de declarações de Luis Carlos Prestes. Embora conte — afirmamos naquele momento — com a participação de algumas personalidades vinculadas ao movimento nacionalista, o novo Ministério, formado à base de compromissos com as direções reacionárias do PSD e do PSP, indica o prosseguimento da mesma linha de conciliação com os setores que representam o imperialismo e o latifúndio. É um Ministério que não pode inspirar confiança aos trabalhadores e ao povo — proclamou, na mesma ocasião, o CGT, em Manifesto aprovado por dezenas de dirigentes sindicais de todo o País, representantes da CNTI, de federações e confederações nacionais, reunidos em São Paulo em princípios de fevereiro. E os fatos comprovaram a justiça dessas afirmações.

Que saldo apresenta o Ministério? Negativo, sem dúvida. Não se pode, é certo, passar uma esportiva sobre a conduta negativa de ministros ligados às forças populares. Mas o saldo está aí, destacadamente manifestado nas condições de vida, cada vez mais difíceis, das massas trabalhadoras. Os problemas nacionais não são resolvidos e, consequentemente, se agravam. Na economia, vemos três fluxos de crises — San Tiago, Balbino e Kruei — unidos em defesa dos interesses da Bond and Share, da IT&T e da Light, ao mesmo tempo que as cúpulas retrógradas do PSD e do PSP, irmanadas com a direção lacerdista da UDN, levantam barreiras no Parlamento em defesa do latifúndio, procurando impedir a aprovação de uma emenda constitucional que possibilite a reforma agrária. E vemos ainda os gorilas, estimulados por essa situação, saltando agitados de galho em galho, apolando as forças reacionárias de dentro e de fora do Governo, combatendo os ministros nacionalistas, pregando a necessidade do estado de sítio para reprimir o movimento sindical e popular. A esses resultados levou o pri-

meiro Ministério presidencialista do sr. João Goulart, sua composição e sua política de conciliação com os setores que representam o imperialismo e o latifúndio.

Acesa luta se trava agora, nos bastidores ou abertamente, em torno da formação do novo Ministério. As forças da reação e do entreguismo lançam mão de todos os recursos, de pressões, manobras e intimidações, para conseguir um retrocesso para que seja constituído um Ministério exclusivamente sob sua influência. Ao mesmo tempo que o CGT, em "Manifesto contra a formação do presidente da República", dá ao sr. João Goulart o conselho de "honrar a área governamental". Por outro lado, do norte do sr. João Goulart, os ministros se manifestam de que se, esta, não se mantiver no que chama "um ponto de equilíbrio", que talvez se pudesse chamar melhor de "corda bamba" e que na realidade significa conciliação com os reacionários.

Os trabalhadores e o povo, todos os patriotas e democratas, devem levantar a sua voz, fazer valer a sua opinião, indicando ao sr. João Goulart o caminho a seguir e pressionando-o no sentido de que siga esse caminho. Não se trata de substituir um reacionário por outro reacionário, de tirar do Ministério reacionários já desmascarados perentoriamente pela opinião pública para substituí-los por outros que ainda possam ter condições de enganar a opinião pública, para continuar levando à prática política igual à que vem sendo seguida. Muito menos ainda se comoveria a permanência no Ministério de homens como San Tiago, Balbino e Kruei. Mas se trata de constituir um Ministério que, nos termos do manifesto que acaba de ser entregue pelo CGT ao presidente da República, seja formado por "elementos verdadeiramente identificados com a plataforma de lutas das forças nacionalistas e democráticas, sinceramente convencidos da necessidade de aprovação e plena execução das reformas de base." Este o caminho: um governo nacionalista e democrático para realizar as reformas de base.

Tombamento

As últimas notícias informam que o presidente da República deu um rigoroso tombamento físico e contábil das empresas concessionárias de serviço público — "parafuso por parafuso", dizem os jornais — num prazo de seis meses, para somente depois ser fixada a indenização, revertendo as empresas para o patrimônio nacional. A se confirmarem as notícias, pode-se considerar que a decisão do Plano representa uma vitória parcial das correntes nacionalistas e da opinião pública que, revoltadas diante da espoliação a que se submetem as empresas da Light e da Bond and Share, exigem há muito a desapropriação do patrimônio público. O sr. João Goulart, do Sul, quando à frente de seu governo se encontrou com o sr. Leonel Brizola.

Como compreender-se, porém, que no mesmo dia em que são divulgadas aquelas notícias, o ministro San Tiago Dantas, falando a dezenas de generais em nome do Governo, insiste em defender a compra das empresas, tal como vinha sendo negociada? E por que, se decide fazer o tombamento — contendo, portanto, a atividade que vinham desenvolvendo homens como San Tiago, Kruei, Balbino e Roberto Campos — o sr. João Goulart não desautoriza claramente esses agentes do Governo? Qual é, afinal, a voz autorizada? Qual a decisão que vale? Isso nos alerta para a necessidade de exercer a mais severa vigilância no que se refere ao tombamento das concessionárias, não permitindo que elas se reduzam a uma simples moeda de troca, sob o nome de "compra", para a negociação da compra.

Golpe

O repúdio aos gorilas — termo em que se fundem o entreguismo, a reação e o negacionismo — faz-se sentir em todas as campanhas de conscientização brasileira que identificam os seus interesses e as suas aspirações com as aspirações do País. Trabalhadores camponeses, estudantes, empresários progressistas e milhares patriotas manifestam, cada vez mais vigorosamente, a sua decidida condenação aos agentes e serviços dos trustes, aos reacionários e golpistas. Nos últimos dias foram os suboficiais e sargentos para-quisitas da Guanabara que — continuando em suas magníficas demonstrações de firmeza patriótica — deram uma réplica exemplar aos gorilas. Trata-se das eleições, realizadas no último domingo, para a diretoria do Clube dos Subtenentes e Sargentos Para-Quidistas. Vamos aos fatos, mais eloquentes do que as palavras: 89% dos votos apurados no pleito

foram dados ao subtenente Gelcl Rodrigues Corrêa, o orador da reunião histórica do IAPC, que se encontra ainda preso por ordem do general Kruei em virtude de seu pronunciamento. Querem um exemplo mais vivo e esmagador de que o gorilismo é um fenômeno estranho não às tradições, mas sobretudo às tendências nacionalistas e democráticas, hoje amplamente dominantes em nossas Forças Armadas? Quer o general Kruei uma demonstração mais convincente de que os sargentos sabiam o que estavam fazendo quando prometiam fazer voltar para as jaulas, debaixo de chicote, os gorilas que pretendessem dar golpes no Brasil? Querem um exemplo mais vivo e esmagador de que o gorilismo é um fenômeno estranho não às tradições, mas sobretudo às tendências nacionalistas e democráticas, hoje amplamente dominantes em nossas Forças Armadas? Quer o general Kruei uma demonstração mais convincente de que os sargentos sabiam o que estavam fazendo quando prometiam fazer voltar para as jaulas, debaixo de chicote, os gorilas que pretendessem dar golpes no Brasil? A determinação de que estão animados os sargentos é a mesma que existe no grosso de nossas Forças Armadas, da oficialidade à tropa. É a mesma, enfim, da imensa maioria do povo brasileiro.

Dirigentes Sindicais a Jango: Organizar Ministério Capaz de Fazer as Reformas de Base

...mas de dirigentes sindicais de todo o Brasil e re... (text partially obscured)

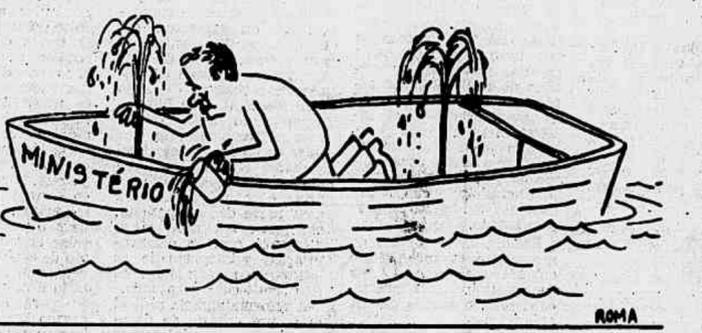
berem pagar com patriotismo... (text partially obscured)

disciplinou esta questão vi... (text partially obscured)

No momento em que a Nação vive em plena agitação social provocada pelo aumento dos clamores populares a favor das reformas estruturais indispensáveis à emancipação política e econômica do País, situação esta agravada por atos e manobras de forças retrógradas e reacionárias, os trabalhadores decidem trazer a público sua contribuição e disposição de luta em defesa destas reformas.

Atendendo, também, aos reiterados reclamos das classes trabalhadoras contra a sangria da economia nacional através da remessa de lucro para o exterior, manifestamos ao Governo não mais ser admissível o adiamento da regulamentação e execução da Lei que

Concluído cumpramos afirmar que as crescentes preocupações dos trabalhadores quanto aos insuportáveis prejuízos acarretados à Nação pelo injustificável adiamento das providências por parte dos Poderes Legislativo e Executivo, diariamente pelas quais, encontra-se devidamente esboçado o DISPOSITIVO previsto para desagração da GRUPE GERAL, a qualquer momento, caso perdurem as atividades protelatórias contrárias à aprovação da reforma do parágrafo 18 do artigo 41 da Constituição Federal, a fim de possibilitar a adoção da Reforma Agrária, bem como, contra qualquer tentativa de cerceamento das liberdades democráticas, sindicais e demais reivindicações. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1963. Pelo Comando Geral dos Trabalhadores: Clodomir Niani — Dante Feliciano — Huberto Menezes Pinheiro — Alfredo Pereira Nunes.



marco antiênio

Conciliação em "pau"

Aprofundou-se nestes últimos dias extraordinariamente a crise na política de conciliação, realizada pelo governo do sr. João Goulart. Isto é, entrou em "pau" a habilidade do Governo de acender uma vela ao povo e outra aos inimigos do povo e de protelar a solução dos problemas.

repercussão das críticas. Sua oração apenas serviu para despertar muitos deputados para detalhes duvidosos da pretendida compra. Que balanço se dá na Câmara em tudo isso? É do conhecimento geral que tal "compra" das subsidiárias do truste nasceu de uma jogada do sr. João Goulart quando visitou os Estados Unidos em fevereiro de 1962. Com o duplo propósito de ganhar as boas graças dos círculos governamentais lanques e ainda para obter grandes créditos naquele país, Jango assumiu o compromisso de adquirir o ferro-velho da Bond and Share. Mas, daquela época para cá muita água passou por baixo da ponte. O governo de Washington não deu a ajuda prometida. Jango se firmou com a liquidação do parlamentarismo e, finalmente, amadureceu muito a consciência popular. Em suma, um acordo que na época só foi considerado pelos comunistas, hoje tornou-se alvo das críticas veementes de quase todos os círculos da opinião pública.

dições, demonstrando abertamente as divergências que lavram em seu seio. O que vários observadores e mesmo adversários consideravam como qualidade do presidente da República sua incrível capacidade de manobrar tornou-se agora sua perdição. Ninguém mais aceita, dentro da Câmara, tantas temporizações e tanta falta de rumo. As críticas acerbas ao presidente da República atingiram ao auge, face à demora em promover a reformulação do ministério e ante as informações de que seriam ministros homens do tipo de Carvalho Pinto. Por que Jango adia indefinidamente a modificação do ministério? Isto se dá porque vacila em se definir de vez, tentando novas manobras. Os dias vão se passando, alastrando-se a perda de prestígio do Governo, enquanto as posições políticas naturalmente se radicalizam. Violentas declarações dos elementos mais representativos da reação, como o banqueiro Herbert Levy — que tem abertamente proclamado o latifundismo a preparar uma resistência armada à reforma agrária — indicam o clima de luta e de choques violentos. Sendo assim, não haverá Irmã Paula capaz de obter êxito em levar avante uma política de conciliação. As forças populares no Congresso pressionam e exigem acima de tudo que se inaugure uma nova política no País — política nacionalista e popular — que presuponha um governo disposto a realizá-la.

NOTA ECONÔMICA — José Almeida

Razões da moratória

Importa saber, neste caso da dívida externa do Brasil, porque ela se formou. Pois, conforme seja a resposta que se dá a esta pergunta, ter-se-á a solução adequada para o problema. Bem mais do que in-júrio, seria falso dizer-se que o Brasil portou-se, no curso dos últimos dez anos, como um peculiar importador de massas de produtos superfluos e decurando-se da exportação, daí a dívida acumulada. Quem se der ao trabalho de compilar nossas estatísticas de comércio exterior verificará, muito pelo contrário, que fizemos um esforço inaudito — talvez sem paralelo no mundo, em comparação com a receita auferida — para manter equilibrada nossa balança de comércio com os outros países. Em 1963, exportamos cerca de 4,4 milhões de toneladas de mercadorias, ao passo que em 1961 o volume exportado foi três vezes maior — 12,7 milhões de toneladas, enquanto no mesmo período as nossas importações sofriram um acréscimo em peso de menos de 40%. Se descermos ao exame das mercadorias que importamos, iremos verificar que o grosso é constituído por trigo, petróleo, equipamentos e matérias-primas essenciais ao nosso desenvolvimento e que só uma parte mínima se compõe de produtos que poderíamos considerar superfluos.

completamente fora de nossa vontade e das nossas possibilidades. Se assim é, como governo de um país soberano, o governo do Brasil tem o direito — diante dos outros países — e o dever — diante do povo brasileiro — de adotar suas próprias decisões, no sentido de pelo menos abrandar essa tendência. E entre essas decisões a principal é a decretação de uma moratória, isto é, a declaração do reconhecimento da dívida e, ao mesmo tempo, da necessidade de um prazo maior para saldá-la. Do ponto de vista interno, é simplesmente revoltante a decréscima manifestada por certos círculos oficiais nas possibilidades e na potencialidade da economia e do potencial do Brasil. É uma vergonha que o Governo de um país como o Brasil, dotado praticamente de tudo quanto se precisa para prosperar, ainda manifeste receios de represálias econômicas por parte de outros países, especialmente dos Estados Unidos. Trigo? Temos milho em tão grande quantidade que estamos exportando. Petróleo? Temos-o, certamente, abundante nos poços baianos e nas vastíssimas jazidas de xisto e para aproveitá-lo não há mais que fazer do que sepultar a ideia de que não podemos passar sem equipamentos comprados a peso de dólar. O mundo hoje é tão diversificado... E, por fim, convém não esquecer que somos exportadores e não importadores de capitais (sob a forma de remessas de lucros, de transferências fraudulentas, etc.) e, portanto, também podemos tomar contra-repressálias. Como dis o povo, o risco que corre o pau corre o machado também.

Sobre a Negociata

o discurso do líder do Governo na Câmara, segunda-feira última, em Brasília, foi o sinal de nova contramarcha do sr. João Goulart nessa questão que avulta como a de importância mais decisiva, na atualidade política nacional: a questão da compra negociata da Bond and Share e da Light. O deputado Oliveira Brito, em nome do presidente, confirmou que as negociações prosseguem e os norte-americanos afirmaram que o Governo terá suficiente coragem para apresentar à ra do povo e concluir o negócio. Essa situação afirmante de nosso balanço de pagamentos aguçou os apetites imperialistas. Daí a intranquilidade com que eles se agarram a condições tão humilhantes para essa da compra das empresas elétricas, enquanto acenam com a ajuda financeira capaz de tirar o Governo dessa dificuldade. E não há inclusive garantia alguma de que, satisfeitas essas exigências iniciais, eles não passarão a exigências ainda maiores, que nos deixarão cada vez mais atolados no caminho da submissão nacional e do retrocesso econômico. Ao contrário, tudo indica que é esse o seu propósito. Se não bastasse o conhecimento de que a prática inerente ao imperialismo e a experiência vizinha do governo Frondizi na Argentina, a própria tática de "redeia curta" aplicada a missão San Tiago Dantas pelo governo lanque é uma indicação muito clara dessa tendência.

poulo molto limo

Gil Blás, segundo sua história, depois de mil e uma aventuras, passou a se interessar apaixonadamente pelo teatro, entregando-se "às delícias da vida cômica". Depois sofreu um desapontamento. Por quê? Desapontou-se Gil Blás quando notou que os comediantes não percebiam muitos dos traços de espírito das farças que apresentavam e que por isso não raro surpreendiam-se ante as reações da platéia. A já célebre comissão interministerial que estudou, na residência do honrado ministro da Guerra, a compra, por bom dinheiro, do ferro velho da Bond and Share, deve ter percebido, com toda acuidade, os traços de espírito do negócio, mas não calculou bem as reações da platéia. Foram de moule a comover o próprio sr. João Goulart, a certa altura, as reações manifestadas pelo respeitável público em face do documento elaborado no Palacete Laguna, num sábado à tarde, quando a canícula carioca já era substituída pelas delícias de um inverno moderado. Sensibilizado, o presidente da República promoveu uma denúncia ou pelo menos permitiu que o sr. Leonel Brizola, na televisão, desse o grito de alarme, saltando aos quatro ventos o seu "pega ladrão". Tais são, entretanto, as sutilezas da compra do ferro velho da Bond and Share, onde se encontram somados, ao que parece, lampejos das inteligências do sr. San

Depois da chamada do sr. João Goulart aos bastidores montou-se nova representação. Oficialmente está sendo apresentada uma versão oficial do negócio do ferro velho, que e revista, aumentada em certos capítulos e podada noutros. A ata do Palacete da Laguna transformou-se em rascunho de um assessor. Fina a reunião, representativa do sacrifício patriótico de um fim de semana, o parto da montanha produziu um rascunho. E os parturientes interministeriais saíram do encontro lavando as mãos, na clássica atitude de Pilatos. Tudo ficava por conta dos perversos assessores. Pronunciando-se em nome do Governo, o sr. Oliveira Brito deu a entender, na Câmara, que a moratória não é assim tão homérica quanto andam dizendo. O negócio terá a solenidade de um tombamento físico e contábil. A sucaeta será examinada. A escrita das subsidiárias, mestras em maroteiras, será examinada por outros tantos marotos.

O Eixo

O Parlamento da República Federal Alemã sancionou o tratado franco-alemão. Consolidou assim a manobra iniciada por De Gaulle e aceita entusiasticamente pelos reacionistas e militaristas germânicos...

Mais um

O Quênia tem um governo, fruto da manifestação do povo daquela terra africana secular colônia inglesa. É o primeiro passo para a conquista definitiva da independência. Nas urnas, o nome de Jomo Kenyatta, que foi acusado pelo ex-governador inglês do Quênia, Patrick Renison...

Gorilas em perigo

Culminando a "semana de protesto", os trabalhadores argentinos, liderados pela CGT (Confederação Geral do Trabalho), realizaram uma greve geral total, a mais vigorosa manifestação do operariado naquele país nos últimos anos.

O movimento foi uma inequívoca demonstração do proletariado argentino contra a situação a que os "gorilas", agindo em benefício exclusivo do FMI e dos monopólios lanques, levaram o país.

Bem claros foram os objetivos da greve: imediata libertação de todos os detidos e condenados por razões sociais e políticas, revogação do decreto-lei de segurança do Estado (uma espécie de Lei de Segurança Nacional bem mais violenta), cessação imediata do fechamento de sedes sindicais e jornais, abolição das medidas que cercam a legislação trabalhista...

Cupim na perna-de-pau

O caso dos pesqueiros lanques aprisionados às costas do Equador pode ser considerado, à primeira vista, como mais um simples caso de pirataria moderna, em que são tão zelosos os poderosos "irmãos do Norte", não só pela América Latina como em outros mares.

Mas não é apenas filibusteria. Trata-se de mais um exemplo de desrespeito à soberania dos povos, tão a gosto dos norte-americanos, que se acreditam "bosses" em toda parte que frequentam, como se pode ver inclusive pela pose e pelas atitudes de meros turistas lanques que deixam transparecer todo o desprezo que votam a qualquer país que visitem.

O caso dos pesqueiros-piratas é característico. O "White Star" (irônicamente "bandeira branca", símbolo de paz) e o "Ranger" pescavam tranquilamente em águas territoriais do Equador, como se bordejassem a ilha de Manhattan.

Como acentuaram, em comunicado conjunto, a Chancelaria e o Ministério da

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Defesa do Equador, a ação clandestina de vinte e um barcos lanques se fazia dentro dos limites que os próprios Estados Unidos reconhecem — e por que não os Estados Unidos que reconhecem esse direito? — como zona territorial.

Em artigo anterior sobre a reforma agrária, dissemos que o critério de indenização se vinculava ao de avaliação das terras desapropriadas, aspecto de importância também primordial.

O critério constitucional é o de que a indenização deve ser justa, o que tem sido interpretado como pagamento da indenização segundo chamado valor venal, ou seja, o valor registrado nos atos comuns de compra e venda no mercado imobiliário. É evidente que semelhante critério, na execução da reforma agrária, seria extremamente anti-social, uma vez que o valor venal, neste caso, tem a característica de um preço de monopólio, resultando do monopólio da terra.

Segundo já o afirmou o presidente Goulart, a desapropriação de 10% das terras agrícolas do Brasil, obedecendo ao dispositivo constitucional, custaria dois bilhões de cruzeiros, a preços de 1967. Depois de uma "reforma agrária" dessa espécie, os latifundiários emergiriam superenriquecidos do oceano inflacionário, em que a Preço da submergia.

O projeto da presidência da República estabelece, no seu artigo 10º, três critérios de avaliação, um dos quais seria escolhido pelo órgão apropriado (a Superintendência da Reforma Agrária), segundo princípios que não foram definidos. Esses critérios são os seguintes: declaração para efeito do imposto de renda; valor estabelecido em avaliação judicial.

Percebe-se, nessa complicada definição, o propósito do projeto de chegar a um entendimento conciliatório com os latifundiários. Em primeiro lugar, não é fixada a data das declarações do imposto de renda nem do imposto territorial, o que abre a porta para declarações de última hora, já com vistas à desapropriação. Em segundo lugar, a avaliação judicial também constitui outra porta aberta, ainda mais larga, para indenizações polpidas, que converteriam a desapropriação em vantagem para o latifundiário.

Nas condições brasileiras, e levando em conta a experiência de outros países, o critério de avaliação mais conveniente com uma reforma agrária radical é, segundo nos parece, o da declaração para efeito de imposto territorial, tomando-se aquela realizada dois ou três anos antes da promulgação da lei ou, segundo alternativa diferente, a média do valor declarado nos três últimos anos anteriores à aprovação da lei agrária. Semelhante critério de avaliação corresponderia ao interesse social da desapropriação e seria intrinsecamente legítimo e justo, uma vez que não se compreende que o Estado pague acima do valor declarado pelo proprietário para fins de pagamento de imposto ao próprio Estado.

Examinada a questão do mecanismo de indenização, cumpre esclarecer o objeto das desapropriações, ou seja, os limites, o âmbito de sua aplicação.

O projeto Milton Campos apresenta uma série de casos passíveis de desapropriação por interesse social, os quais, embora permitissem,

em si mesmos, certas medidas de reforma agrária, resultam, porém, indesejáveis, de vez que o critério de indenização das desapropriações, conforme vimos no artigo anterior, é o da Constituição atual. Já o projeto do sr. João Goulart, tendo aberto um caminho para a reforma agrária mediante critério mais justo de indenização das desapropriações, tratou, entretanto, de limitá-la em âmbito tão estreito, que, neste particular, deu um passo atrás mesmo com relação ao projeto Milton Campos.

O artigo 7º do projeto da presidência da República dispõe o seguinte: "Art. 7º — Não serão passíveis de desapropriação: I — as unidades agrícolas de tipo familiar definidas no art. 14º; II — os estabelecimentos agrícolas administrados diretamente por seus proprietários, com rendimentos nunca inferiores à média estabelecida para a região, pelo órgão executor da reforma agrária, e que cumpram as leis trabalhistas em vigor".

Nenhuma objeção válida pode haver quanto ao inciso I, dado que, segundo o conceito geral, a reforma agrária se destina a multiplicar o número de unidades agrícolas de tipo familiar. Já o inciso II, se aprovado, significaria a frustração de uma verdadeira reforma agrária em ampla escala. Considerando que não será difícil aos latifundiários abasteados utilizar processos fraudulentos e "provar" que administram diretamente (e não são proprietários) as unidades agrícolas, e até mesmo cumprem a legislação trabalhista (o projeto não indica o grau de cumprimento exigido), resultará, definitivamente, que todos os estabelecimentos com um rendimento igual à média regional ou acima desta estarão imunes às medidas de desapropriação. A reforma agrária acabará restringida à menor parte dos latifúndios, incluindo sobretudo aqueles com as piores terras do ponto de vista da fertilidade e da localização.

Cabe, aqui, observar que tanto a proposta de emenda constitucional do PSD (Correio da Manhã, 25 de maio de 1963) como a do PDC (Correio da Manhã, 18 de maio de 1963) são inaceitavelmente restritivas do âmbito da reforma agrária, uma vez que declaram, em termos idênticos, "que as desapropriações só poderão recair em propriedade inaproveitada ou explorada em condições antieconômicas ou anti-sociais. Apesar de suas nuances, é evidente em todas as posições — as do PTB, do PDC e do PSD — o propósito de promover uma reforma agrária que salve os latifundiários aburguesados (em geral, os considerados "produtivos") e faça certas concessões a uma parte dos camponeses, em geral aos mais ricos, atingindo com as desapropriações principalmente os latifundiários atrasados, de tipo semi-feudal acentuado.

A reforma agrária radical exige um critério de desapropriação absolutamente preciso. Na sua Declaração recente sobre as Reformas de Base, propõem os comunistas que sejam desapropriados todos os estabelecimentos de área superior a 500 hectares, qualquer que seja o seu grau de exploração e de produtividade. Aceita esta norma geral, caberia, sem dúvida, admitir algumas exceções, porém bastante restritas. Nas zonas circundantes das grandes cidades, onde o solo é valorizado ao máximo, o limite, acima do qual se fariam as desapropriações, deveria ser inferior a 500 hectares. Por outro lado, poderia admitir-se um teto, supponhamos, de mil hectares para certas zonas de muito baixa densidade demográfica e econômica (na Amazônia, por exemplo) ou para certos empreendimentos agrícolas que, por sua peculiaridade, e alto grau de mecanização, exigem áreas mais extensas. O fundamental é que somente uma reforma agrária subordinada ao critério aqui exposto conseguiria liquidar o latifúndio por completo e liquidar definitivamente a classe dos latifundiários, eliminando-a, afinal, após quatro séculos, da vida político-social brasileira.

É sintomático, por sinal, que nenhum dos projetos até agora apresentados, à exceção da Declaração dos comunistas sobre as Reformas de Base, tenha feito referência à necessidade de revogar o parágrafo 2º do artigo 156 da Constituição Federal, o qual permite a concessão ou concessão de terras públicas com área até de mil hectares, sem aprovação do Senado, subentendendo-se que este tem o direito de aprovar a alienação ou concessão de áreas limitadas. Torna-se óbvio que a manutenção de tal dispositivo não se coaduna com o objetivo de uma reforma agrária realmente voltada para o combate ao latifúndio, uma vez que se conservaria a possibilidade legal de seu restabelecimento nas zonas ainda não ocupadas. É necessário, por isso, que a campanha, ora em desenvolvimento, pela modificação da Constituição, abraja não só o parágrafo 1º do artigo 151 e o artigo 147 (que se refere ao direito de desapropriação), como também o parágrafo 2º do artigo 156, merecedor de revogação.

Vejam-se, por fim, dentro das possibilidades de um artigo de jornal, as seguintes questões: critério de distribuição das terras aos camponeses, parceria e arrendamento, participação dos camponeses nos órgãos de direção e execução da reforma agrária.

O projeto da presidência da República, segundo neste particular ao do senador Milton Campos, dispõe que as terras desapropriadas e também as de domínio público deverão ser vendidas aos camponeses. O projeto da presidência da República, além disso, as condições de venda: preço igual ao de desapropriação ou, no caso de terras do domínio público, igual ao melhor preço corrente na região, prazo máximo de vinte anos para o pagamento em parcelas anuais, período máximo de carência de três anos, juros anuais de 6%. Este critério é demasiado capitalista para as condições do campo brasileiro, em que a imensa massa de trabalhadores agrícolas é miserável, quase inteiramente desprovida de recursos. Seria mais conforme com a realidade

Joseph Berender

que a reforma agrária distribua lotes mínimos, de tipo familiar, a título gratuito, permitindo que aqueles camponeses, que tivessem possibilidade para isso, comprassem do Estado lotes adicionais, com extensão fixada em lei, segundo as peculiaridades regionais, tipo de terreno e de cultura etc. Neste caso, as normas de pagamento precisariam ser, ao máximo possível, acessíveis aos camponeses. Quanto aos atuais posseiros, é indispensável conceder-lhes imediatamente os títulos de propriedade, sem condições e sem complicações burocráticas.

Um problema a resolver, do ponto de vista da reforma agrária radical, é o da destinação das grandes plantações (café, cacau, cana-de-açúcar, etc) e das fazendas de criação de gado. Nestes casos, quando se tratar de unidades econômicas de vasta extensão e relativamente centralizadas, com importantes inversões de capital, a regra geral mais adequada será a de transformar essas unidades em fazendas estatais, que pagariam salário aos seus empregados, ou em cooperativas entregues à administração coletiva dos próprios trabalhadores rurais. Esta solução — convém ficar claro — não se aplica às áreas de exploração por unidades de tipo familiar, onde os camponeses devem ter rigorosamente assegurado o direito à propriedade da terra sob forma privada individual. A reforma agrária radical protegerá a propriedade camponesa da terra, que é imprescindível não confundir com a propriedade latifundiária.

Quanto à parceria e ao arrendamento, não se concebe que uma reforma agrária radical conserve tais instituições. As terras atualmente submetidas a contratos de parceria ou de arrendamento deverão ser entregues a aqueles que as cultivam, de acordo com as normas que a lei estabelecerá. As condições de parceria e arrendamento, que o projeto da presidência da República propõe e que são, sem dúvida, as mais avançadas entre os projetos encaminhados ao Parlamento, podem representar uma conquista parcial antes da reforma agrária radical. Com esta, porém, perderão a razão de ser, simplesmente porque cessarão de existir as circunstâncias objetivas, que são a base da permanência daquelas instituições. Parceria e arrendamento estarão condenados ao desaparecimento.

É significativo que nenhum dos projetos oficiais faça referência à abolição das formas semi-feudais de exploração da terra e do trabalho: parceria, fôro, trabalho gratuito, vale e barracão, restrições à liberdade de locomoção e de comércio, etc. Entretanto, estas sobrevivências semi-feudais ainda possuem tanto peso na vida agrícola nacional, que é indispensável declará-las ilegais e tornar passível de penalidade, fixada em lei, a sua imposição ao trabalhador rural.

A última questão, que pretendemos abordar, diz respeito à participação dos camponeses na direção e execução da reforma agrária. Como, de fato, realizá-la — efetivamente realizá-la — sem que os principais interessados nela intervenham direta e ativamente no processo de sua concretização?

O projeto do sr. João Goulart entrega a aplicação da reforma agrária a um órgão burocrático, a SUPRA, e a guisa de incógnita conseqüente, dispõe, no seu artigo 37º, que, onde for possível (sic), serão criadas comissões agrárias regionais, compostas de representantes de trabalhadores rurais, de proprietários de terras e de outras pessoas da comunidade (não se especifica que pessoas seriam).

Não é difícil prever que a aprovação do Senado recalcitrante em zelosos advogados do latifúndio, "competentes" e "idôneos" exatamente para salvaguardar os interesses dos grandes proprietários. Além disso, segundo o artigo 2º da proposta de emenda do PSD, todas as medidas concretas de reforma agrária ficarão pendentes de um plano geral estabelecido em lei federal, o que, em mãos da maioria reacionária do Congresso, viria a constituir mais um instrumento de obstrução e frustração da reforma agrária. Estas são outras razões — e fundamentais — que tornam inaceitável a proposta de emenda constitucional do PSD.

Cumpre, por conseguinte, que a lei a ser aprovada determine, com a máxima precisão, a participação majoritária dos representantes legítimos das massas camponesas nos órgãos centrais e regionais de orientação, planejamento e execução da reforma agrária. Entregue somente a burocracia, a reforma agrária se converterá em mais um bife administrativo, que frustrará as aspirações do povo brasileiro. É indispensável que a lei de reforma agrária seja complementada por uma série de medidas em favor dos camponeses, no terreno do crédito, da tributação, da assistência com máquinas, silos, armazéns e técnica agrônoma, da assistência educativa e sanitária, do melhoramento dos transportes, etc. Todas essas medidas, aplicadas em conjugação com a transformação da estrutura da propriedade agrícola, constituirão elementos de uma verdadeira revolução no campo, que terá imensas conseqüências econômicas, políticas e sociais para o nosso País.

Intimamente correlacionada à luta de libertação nacional, o movimento pela reforma agrária radical é irreversível. Para torná-lo vitorioso, cumpre desmascarar as manobras protelatórias, urdidas nos gabinetes e corredores da política oficial. Tais manobras, com as quais se acumpria o sr. João Goulart, se prevalecerem na conjuntura atual, não servirão senão para repressar contraditórias, que exporão mais adiante com energia muitas vezes multiplicada.

que a reforma agrária distribua lotes mínimos, de tipo familiar, a título gratuito, permitindo que aqueles camponeses, que tivessem possibilidade para isso, comprassem do Estado lotes adicionais, com extensão fixada em lei, segundo as peculiaridades regionais, tipo de terreno e de cultura etc. Neste caso, as normas de pagamento precisariam ser, ao máximo possível, acessíveis aos camponeses. Quanto aos atuais posseiros, é indispensável conceder-lhes imediatamente os títulos de propriedade, sem condições e sem complicações burocráticas.

Um problema a resolver, do ponto de vista da reforma agrária radical, é o da destinação das grandes plantações (café, cacau, cana-de-açúcar, etc) e das fazendas de criação de gado. Nestes casos, quando se tratar de unidades econômicas de vasta extensão e relativamente centralizadas, com importantes inversões de capital, a regra geral mais adequada será a de transformar essas unidades em fazendas estatais, que pagariam salário aos seus empregados, ou em cooperativas entregues à administração coletiva dos próprios trabalhadores rurais. Esta solução — convém ficar claro — não se aplica às áreas de exploração por unidades de tipo familiar, onde os camponeses devem ter rigorosamente assegurado o direito à propriedade da terra sob forma privada individual. A reforma agrária radical protegerá a propriedade camponesa da terra, que é imprescindível não confundir com a propriedade latifundiária.

Quanto à parceria e ao arrendamento, não se concebe que uma reforma agrária radical conserve tais instituições. As terras atualmente submetidas a contratos de parceria ou de arrendamento deverão ser entregues a aqueles que as cultivam, de acordo com as normas que a lei estabelecerá. As condições de parceria e arrendamento, que o projeto da presidência da República propõe e que são, sem dúvida, as mais avançadas entre os projetos encaminhados ao Parlamento, podem representar uma conquista parcial antes da reforma agrária radical. Com esta, porém, perderão a razão de ser, simplesmente porque cessarão de existir as circunstâncias objetivas, que são a base da permanência daquelas instituições. Parceria e arrendamento estarão condenados ao desaparecimento.

É significativo que nenhum dos projetos oficiais faça referência à abolição das formas semi-feudais de exploração da terra e do trabalho: parceria, fôro, trabalho gratuito, vale e barracão, restrições à liberdade de locomoção e de comércio, etc. Entretanto, estas sobrevivências semi-feudais ainda possuem tanto peso na vida agrícola nacional, que é indispensável declará-las ilegais e tornar passível de penalidade, fixada em lei, a sua imposição ao trabalhador rural.

A última questão, que pretendemos abordar, diz respeito à participação dos camponeses na direção e execução da reforma agrária. Como, de fato, realizá-la — efetivamente realizá-la — sem que os principais interessados nela intervenham direta e ativamente no processo de sua concretização?

O projeto do sr. João Goulart entrega a aplicação da reforma agrária a um órgão burocrático, a SUPRA, e a guisa de incógnita conseqüente, dispõe, no seu artigo 37º, que, onde for possível (sic), serão criadas comissões agrárias regionais, compostas de representantes de trabalhadores rurais, de proprietários de terras e de outras pessoas da comunidade (não se especifica que pessoas seriam).

Não é difícil prever que a aprovação do Senado recalcitrante em zelosos advogados do latifúndio, "competentes" e "idôneos" exatamente para salvaguardar os interesses dos grandes proprietários. Além disso, segundo o artigo 2º da proposta de emenda do PSD, todas as medidas concretas de reforma agrária ficarão pendentes de um plano geral estabelecido em lei federal, o que, em mãos da maioria reacionária do Congresso, viria a constituir mais um instrumento de obstrução e frustração da reforma agrária. Estas são outras razões — e fundamentais — que tornam inaceitável a proposta de emenda constitucional do PSD.

Cumpre, por conseguinte, que a lei a ser aprovada determine, com a máxima precisão, a participação majoritária dos representantes legítimos das massas camponesas nos órgãos centrais e regionais de orientação, planejamento e execução da reforma agrária. Entregue somente a burocracia, a reforma agrária se converterá em mais um bife administrativo, que frustrará as aspirações do povo brasileiro. É indispensável que a lei de reforma agrária seja complementada por uma série de medidas em favor dos camponeses, no terreno do crédito, da tributação, da assistência com máquinas, silos, armazéns e técnica agrônoma, da assistência educativa e sanitária, do melhoramento dos transportes, etc. Todas essas medidas, aplicadas em conjugação com a transformação da estrutura da propriedade agrícola, constituirão elementos de uma verdadeira revolução no campo, que terá imensas conseqüências econômicas, políticas e sociais para o nosso País.

Intimamente correlacionada à luta de libertação nacional, o movimento pela reforma agrária radical é irreversível. Para torná-lo vitorioso, cumpre desmascarar as manobras protelatórias, urdidas nos gabinetes e corredores da política oficial. Tais manobras, com as quais se acumpria o sr. João Goulart, se prevalecerem na conjuntura atual, não servirão senão para repressar contraditórias, que exporão mais adiante com energia muitas vezes multiplicada.

TEORIA E PRÁTICA — epílogo de carvalho

Os comunistas e as Ligas Camponesas

(Resposta ao leitor Ivan Lemos, de Lorena, Estado de São Paulo).

Há quem pense que as ligas camponesas constituem um fenômeno relativamente recente. O exemplo de Pernambuco mostra-nos que não é bem assim. Tomemos, ainda, as Ligas camponesas mais conhecidas: a de Ipattinga. É talvez a mais antiga — e o povo costuma chamá-la "a Mãe das Ligas". Já em 1948, sob a primeira administração Pelópidas Silveira, ela obtinha a primeira cessão de terras, no local onde é hoje a Cidade Universitária. A partir de então, as ligas camponesas multiplicam-se, rapidamente. Um ano depois, seu número atinge a 87, no conjunto de Estado.

Essas ligas nascem e crescem sob a iniciativa e a influência dos comunistas. A cassação do registro eleitoral do PCB, em 1947, abre caminho à repressão policial contra todas as organizações populares. Ela atinge duramente as ligas camponesas, em plena fase de expansão.

Já então, porém, o movimento possui bases seguras e pode recorrer a novas formas de organização e de luta. Já em 1949, as ações de massas dirigidas pela Liga de Jabotão levam à expropriação do engenho Cova da Onça e à criação da primeira colônia agrícola. Entre 1952 e 1954, criam-se dezenas de sindicatos rurais — independentes — como os de Catende, Palmeiras, Jabotão, Pau d'Alho. Os governantes procuram frear sua ação legal: só um deles — o de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém — é reconhecido. Mesmo assim, as novas organizações ganham forças. A 1.ª de maio de 1955, funda-se a Associação Agrícola e Pecária de Pernambuco, destinada a agrupar as associações já existentes. Em 1956, a Liga de Galiléia abre campo a novos e mais altos movimentos de massas no campo.

Esse novo esquema, no domínio da organização e das formas de luta, põe na ordem do dia a coordenação e a direção unificada do movimento, sob um programa comum. É o que se inicia em 1958, com o 1.º Congresso das Ligas Camponesas. Nêle estão representadas dezenas de organizações. As mais influentes são as de Galiléia, Jabotão, Moreno, Cabo, Vitória, Golana, Igaratã, Pau d'Alho, Bonito, Cortês, Escada, Recife, Olinda, Água Preta — todas sob direção de militantes do PCB.

Em 1959, o movimento de massas leva à expropriação de um novo engenho — o de Caliléia. Em 1961, apesar de enfraque-

cidas pela repressão desencadeada pelo governo Cid Sampaio e não obstante as diferentes tendências que as influenciam, as ligas e sindicatos rurais realizam seu congresso regional de unidade e estão presentes na elaboração do programa comum adotado no Congresso Nacional de Belo Horizonte.

A influência dos comunistas está, assim, presente na organização, no crescimento e nas lutas das ligas camponesas. Elas lhes trazem a aliança e a direção da classe operária — e, assim, uma política elaborada em bases científicas, visando à união da luta revolucionária, no campo com a luta revolucionária de todo o povo, no conjunto do Estado e do País. Transmitem-lhes a consciência e a organização necessárias para ocupar o lugar que lhes compete, no quadro da aliança operário-camponesa, como elemento indispensável à conquista de um governo nacionalista e democrático e ao combate efetivo e conseqüente ao latifúndio e à espolição imperialista, como conquista necessária para o avanço para o socialismo.

Acima de tudo, trazem ao movimento camponês um caminho ao mesmo tempo viável, contínuo e ininterrupto para sua luta revolucionária. Apoiam com todas as forças ao conjunto do campesinato, como força democrático-revolucionária, interessada fundamentalmente na eliminação do latifúndio e na conquista da terra; e ao mesmo tempo, organizam firmemente os assalariados agrícolas, trazem-lhes a consciência de sua missão de vanguarda, de seu papel unificador e do seu caráter revolucionário mais conseqüente. Preparam, assim, os níveis de consciência e de organização que são indispensáveis hoje, para a luta democrática e revolucionária do conjunto das massas camponesas no sentido da eliminação do latifúndio; e que serão necessários, em seguida, para a continuidade da luta de classes, a frente dos explorados do campo, no sentido da eliminação da exploração capitalista e da marcha efetiva para o socialismo.

A política dos comunistas é, assim, a única política realmente revolucionária e fiel aos interesses profundos das massas camponesas. Ela abre caminho à sua libertação definitiva e — na realidade — aproxima as etapas da revolução em nosso País.

O dr. Pedro Soares é um veterano lutador antifascista. Desde muito novo dedicou-se às suas energias e inteligência à causa do povo português. O melhor da vida do dr. Pedro Soares (tem pouco mais de 50 anos) não decorreu como seria de imaginar dentro do seu conturbado escritório de advogado, entre livros e audiências, mas no irragor da luta clandestina e do martírio dos campos de concentração e dos presídios nazifascistas. Apesar da sua mediana estatura e delicada complexão física, o dr. Pedro Soares é um homem ativo, apurado e valente. Um dos opositores que a Gestapo portuguesa mais teme e odeia.

Focos meses antes da "lua" que inaugurou o Campo de Concentração do Tarrafal (outubro de 1936), campo de extermínio fechado em 1941 e reaberto recentemente, o articulista compartia uma casamata do Forte de Peniche com o dr. Pedro Soares e outros. Passados anos, recluso de novo nesse mesmo Forte, Pedro Soares evadira-se espetacularmente com vários companheiros. Destacado dirigente do PCP, sua vida é um notável exemplo de como é e deve ser a conduta moral dos comunistas, de todos os militantes revolucionários.

Líder Antifascista Português Condensado à Morte Por Salazar

J. Lopes Mendes

Mas para que trajetória tão exemplar de militante e patriota tivesse ainda uma derivação mais patética e dramática, ali está a odisséia singular da sua esposa, a dr. Maria Luiza Dias Soares. A história desta valerosa mulher representa um símbolo tanto para Portugal como para o mundo inteiro. Um símbolo vivente das melhores tradições de um povo: síntese de todo o valor e sublimidade que encerra a condição humana.

A odisséia começa no ano de 1938. Até essa data, a dr. Maria Luiza era uma médica como tantas outras, inteiramente dedicada à profissão e ao lar. Porém o seu dever e amor de esposa levava-a acompanhar seu marido num dos habituais períodos de vida clandestina, a compartilhar com ele as duras alternativas e peripécias da luta ilegal. Essa decisão arrojada ao presidio (5 de dezembro de 1938), onde esteve dois anos sem causa formada. Durante esse prolongado interregno a PIDE torjou um fraudulento e escandaloso processo. Por ele foi condenada a 2 anos de prisão. Num Estado de direito devia ter sido posta em liberdade imediatamente, pois já tinha sofrido mais de 2 anos de cárcere. Mas, devido ao subterfúgio, à monstruosidade jurídica das "medidas de segurança" da ditadu-

ra, Maria Luiza Dias Soares, continuou presa, condenada desta vez à prisão perpétua. A sua vida no prisão foi um imenso suplício dado que a doença de que padecia antes de ser presa se agravou pelos sofrimentos e torturas a que foi submetida, por absoluta falta de assistência médica ou devido a uma assistência médica insuficiente e incorreta. O gravíssimo estado de saúde da reclusa, a pressão dos familiares e amigos, obrigou a PIDE a consentir seu internamento num hospital.

Ao mesmo tempo, porém, por desgraça, para ela, embora por sorte para o movimento opositor, Pedro Soares evadira-se de Peniche. A PIDE, como represália, encarcerou de novo Maria Luiza no Forte de Caxias, sem atender a seus pedidos. Novamente submetida a bárbaras torturas, morais e físicas, presenciou a ponto de tornar-se necessária uma intervenção cirúrgica impossível de realizar no prisão.

Com a condição prévia de que as despesas correriam por conta dos familiares, a PIDE aceitou. A dr. Maria Luiza foi internada novamente numa casa de saúde mas num estado de abatimento e prostração alarmantes por ter-se declarado uma gravíssima degenerescência quística numa glândula mamária. O seu estado grave não impediu

no entanto que sobre ela se desatasse a fúria e o ódio dos inquisidores da PIDE, custodiando dia e noite como abutres, o seu leito de enferma. Foram tais as violências e ultrajes que padecia nessa ocasião, que decidiu, apesar do seu excessivo debilitamento, declarar a greve da fome. Ante isto e temerosos das conseqüências do escândalo que se desencadearia no hospital, a PIDE atendeu a vigilância.

Os médicos de cabeceira eram também constantemente renovados, antes e a lei estabelecida. A PIDE assistiu ao ato operatório. Nos dias imediatos à operação, em que se lhe extraiu a quase totalidade de um seio, a dr. Maria Luiza esteve entre a vida e a morte. Era lógico, portanto, uma cuidadosa terapêutica e convalescência: soros, alimentação adequada, assepsia, transfusões de sangue, etc. Pois bem: a PIDE logo depois da operação exigiu o imediato regresso da doente no prisão.

Maria Luiza foi transferida para Caxias violentamente sem sequer merecer o cuidado dum ambulância. Pouco tempo decorrido, privada de assistência adequada e com crescente desequilíbrio nervoso e anemia, a dr. Maria Luiza Dias Soares tinha perdido mais de 20 kg. Ao pedido da família para que a transferissem de novo para

um sanatório, a resposta da polícia era esta: "Fa-lo-emos a troca da entrega do marido fugitivo". Porém a pressão popular e os ingentes esforços da família, que chegaram a entrevistar-se com o Presidente da República, conseguiram que a Junta Médica examinasse a doente no prisão. O diagnóstico foi este: "astenia grave de cativo", perturbações do sistema diencefalo-hipofisário, reclamando os médicos por escrito, como medida clínica, a imediata liberdade de sua colega, sem a qual estaria irremediavelmente condenada à morte.

Esta emergência e o medo da opinião pública obrigaram a PIDE a ceder uma vez mais, não sem antes exigir da família o pagamento de 50.000 cruzeiros (mais de um milhão de cruzeiros). A que extremos de sadismo e crueldade pode chegar o fascismo! A dr. Maria Luiza Dias Soares, agora sob liberdade condicional, continua sendo vigiada e maltratada pela PIDE. Esta abrangida e herética mulher está entre a vida e a morte, como depois da operação, com há anos. Pesa atualmente menos de 37 kg. O nervosismo e a permanente angústia em que vive impedem o seu restabelecimento. Os médicos assistentes dizem claramente que só poderá melhorar noutro ambiente, fora do País.

O cartas dizia: EXPOSIÇÃO GRACILIANO RAMOS. Dos anos de sua morte, e lá estava ele — suas idéias, suas lutas, sua obra, mais viva e atual do que nunca. Fomos procurar Graciliano Ramos. Ele participava intensamente de sua vida, havia lutado ao seu lado. Ele nos traria de volta um pouco da pessoa de Graciliano.

TRABALHO LITERÁRIO

— Grace encarava a profissão de escritor como coisa muito séria. Não tinha pressa. Amava a literatura e achava que ela não se fazia de encomenda.

Vai falando e pouco se entusiasma. — Era um atormentado da forma. Parece que o estava vendo. Eu tinha que ler o que ele escrevia. Necessitava ouvir para saber se soava bem. Não entendia de música mas procurava para ele devia ter ritmo. Não se sentia nunca satisfeito. Vivia cortando os originais, nas sucessivas edições. Um dia, disse-me rindo: "As Vidas Secas chegar a 10 edições, acabará sem nada". Não que negasse o que escrevia. Não. Mas tinha aversão ao supérfluo. Mesmo porque duvidava que algum livro seu chegasse a 10 edições. Não usava reticências nem exclamações e justificava: "Não vivo me admirando, nem deixo coisas por dizer. O que tem que ser dito, deve ser dito. Para que, então, vou precisar de reticências e exclamações?".

LITERATURA

Pergunto a Heloisa o que Graciliano pensava sobre literatura. — Vou mostrar-lhe depoimentos dele a este respeito em diversos jornais e revistas. Sai e volta com um arquivo onde guarda, com todo carinho, uma série de recortes. Estende-o para mim brincando.

— Cuidado! Ai está a minha vida. Detenho-me em uma entrevista concedida à "Manchete", em 15 de novembro de 1962, a respeito do romance: "O romance, dizia, é uma forma superior de vida, assim como a arte, em geral, representa uma estratificação da vida humana. Da minha parte, não poderia nunca conceber um romance abstrato, um romance de fuga. Meus romances são todos sobre o Nordeste porque ali vivi a minha mocidade. E o que realmente conheço e sinto. Moro no Rio há vinte anos e não conseguia fazer um romance sobre o Rio porque não conheço a cidade. Enquanto, que o Marques (referia-se ao escritor Marques Rebelo), pode e faz, porque é carioca".

— "A respeito das influências que teria sofrido, do ponto de vista da literatura, Graciliano fala em Dostolevsky, Tolstol, Balzac, Zola".

— Finalmente, indaguei-lhe sobre a solução, a saída para os escritores brasileiros e Graciliano respondeu:

— Só existe uma: a revolução. Os escritores de hoje e de amanhã têm que ser os escritores da revolução".

SURGE O ESCRITOR

— Ouvi falar, Heloisa, que Graciliano surgiu como escritor através de um relatório. Como foi isso? — É fato. Grace eleito prefeito em Palmeira, ir-evento e levando tudo a sério como sempre, escreveu um relatório para o governador de Alagoas, que era mais um desabafo sobre a situação da Prefeitura. Este relatório foi publicado no "Diário Oficial" e em diversos jornais da capital. Pedro Mota Lima, já na época batelhador das causas populares públicas, aqui no Rio, trechos no jornal "Esquerda" sob o título: "Prefeito de Palmeira dos Índios põe no chinelo o governador do Estado". Isso em janeiro de 28, quando já se preparavam as condições para a revolução de 30. A notícia chegou aos ouvidos da Editora Schmidt, que encarregou Rômulo de Castro, seu secretário, de sondar Grace sobre a existência de algum livro, porventura escrito. Deste modo Caetés veio a ser publicado. Mas a publicação demorou tanto, que acabou saindo mais ou menos na mesma época de seu segundo livro, *São Bernardo*, pela Editora de Gastão Cruz-Artel.

VIDAS SECAS

— Qual o livro de Graciliano que você mais gosta, Heloisa?

— *Vidas Secas*. Não só pelo sentido social: é o único que aponta uma saída; mas também pelas condições em que foi feito: numa época de grandes aperturas. Vivíamos num quarto de pensão, no Caetés, que era a metade desta sala. Grace, eu, Luiza e Cláudia. A tarde, ele dormia, para poder escrever à noite. Quando estava muito entusiasmado me acordava. Durante o dia eu saía com as meninas para que ele pudesse dormir. Deste modo, conheci todas as praças do Rio. Vivemos intensamente este romance. As crianças, de me ouvirem ler, sabiam de cor frases inteiras. Há muito de nós nos personagens. Ele aproveitava aspectos de nossa vida cotidiana para o livro.

— Mas você não acha que os outros têm, também, um caráter profundamente social?

— Claro. Mas não como em *Vidas Secas*. Nos outros, é apenas retrata. Em *Vidas Secas*, ele aponta uma saída. Repare só, aqui no final: (debruçamo-nos sobre o livro): "Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado sóto no mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles".

— Há muito simbolismo também. O mundo com o qual "Baleia" sonhava, representaria o socialismo: "Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de pão. E lambeiria as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se espiariam com ela, rolariam com ela num pátio enorme, num chiqueiro enorme. O mundo ficaria todo cheio de presas, gordos, enormes".

LIVRO PREFERIDO

— E de qual Graciliano mais gostava? — Nos momentos de otimismo, achava que *São Bernardo* e *Vidas Secas* eram os mais realizados literariamente. Gostava de *Angústia* pela técnica que conseguira desenvolver a introspecção. Nos momentos de pessimismo, no entanto, nada valia. Dizia mesmo que *Angústia* era uma espécie de literatura de peru: o personagem, Luiza da Silva, não saía de dentro de um círculo de giz.

SENSO CRÍTICO

— Era gozado. Grace não tinha nenhum senso de autocritica. Quer ver só? Uma vez, escreveu um conto para um jornal literário. Chamava-se *Baleia*. Foi sua pri-

Dez Anos Depois de Sua Morte

Recordações de Heloisa, a esposa



Presença de Graciliano Ramos

Entrevista concedida a Regina Montana

meira produção após sair da prisão. Achou o conto ruim, mas precisou vendê-lo por questões financeiras. Depois, não queria nem ir à Livraria José Olímpio como de costume. Quando, finalmente, ia voltou, Ze Lins gritou ao vê-lo:

— Olhe! Gostei muito de seu conto, ouviu? — Grace pensou que Ze Lins o estivesse gozando, e respondeu-lhe:

— Vá à merda. Logo em seguida, chegou José Maria Belo, ex-candidato, eleito governador de Pernambuco antes da revolução de 30, e agora ocupando importante função no Rio. Havia gozado tanto do conto, que a família o acabara lendo em voz alta. "No fim, todos choravam de emoção", contou. Grace pensou consigo: "Não, não é possível. Este homem não tem intimidade para me estar gozando. Ze Lins podia ser...".

Foi correndo para casa e releu novamente o conto. Quando chegou me contou a história, e disse no final: — Não é, Ló, que achei a história boa mesmo. — E entusiasmado com os elogios aproveitou o conto para escrever *Vidas Secas*, do qual *Baleia* é o primeiro capítulo.

MEMÓRIAS DO CARCERE

— *Memórias do Cárcere*, Heloisa? — Ela, então, me mostrou uma interessante reportagem feita para "Manchete", de 8 de janeiro de 1954, por Darwin Brandão: "Dose-pensagens falam de um autor". Falam sobre Graciliano e *Memórias do Cárcere*.

O repórter começa: — *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, é mais do que um livro em que o maior romancista brasileiro conta seus dias dolorosos de uma prisão injusta. É o retrato sem retoque de uma época de injustiças e de injustiças, o relato mais importante das mazmorras do Estado Novo, que, durante muito tempo, guardaram jornalistas, artistas, militares, políticos, intelectuais brasileiros que osaram um dia discordar do manda-chuva que se abateu no poder.

Heloisa é personagem. Mostra-me seu depoimento. Os olhos correm pelas frases. Detenho-me:

— "...encontro no livro recordações fideis de toda uma época, marcadas pela preocupação de retratá-la com o máximo de objetividade. Últimamente, quando datilografava seus últimos capítulos, lembrávamos aquela fase e víamos o quanto mudamos...".

Leio a opinião de outros: — *Memórias do Cárcere*, um grande livro, um dos mais humanos, que têm surgido na literatura brasileira, deturando um bravo de dor moral no compasso de página a página, onde pulsa a dor revoltada do escritor, livro que não apenas a literatura, mas a história também, há de se pesar no futuro, quando outras gerações e outras épocas florescerem no País".

Barreto Leite-Filho: "E disse partiu, surge é Graciliano de corpo inteiro, um homem com o senso da dignidade humana agindo até o sofrimento e de um respeito pela verdade que domina todos os fanatismos".

Eneida: "Grande Graciliano, tão sofrido, tão amargo, mas tão honesto literariamente, tão profundamente consciente das tarefas de um intelectual".

Hermes Lima: "...o mais importante dos documentos humanos e literários da literatura luso-brasileira, no seu gênero. Penso que *Memórias* pode figurar ao lado dos grandes documentos de seu gênero da literatura universal".

O LIVRO NÃO ESCRITO

Pergunto a Heloisa se Graciliano pretendia escrever algo quando morreu. — Ele pensava em fazer, assim que saísse da Casa de Saúde, de seus dois contos, *Luctana* e *Ainaz*, um romance, usando a mesma técnica de *Vidas Secas* que é formado de um conjunto de contos.

Heloisa, eu ficamos ali presas a todas aquelas recordações. A figura de Graciliano vai crescendo, sendo preenchida, até que sentimos como se ele estivesse ali conosco. Heloisa comenta comigo: — Outro dia, vi na rua um homem dando uma be-nana com tanta espontaneidade que me lembrei de Grace. Nele os gestos e os olhos vinham adequados, no momento oportuno.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Quero, então, saber das atividades políticas de Grace. Heloisa cheia de entusiasmo começou a contar-me sua dedicação aos ideais do Partido Comunista, e às lutas de emancipação nacional e popular: Leu vários trechos de discursos que retratam bem esta participação:

nem nada de operações. Só que o internassem. Teria sido capaz de passar três semanas detido, sem se mexer. Ainda que só lhe dessem caldo para comer.

Esta recordação Shukhov lembrou-se que nem no hospital havia agora jeito de descansar. Com uma das remessas chegou um médico novo, Stepan Grigoritch, um sujeito muito afobado e criador de caso, que não parava um instante e que não deixava os doentes pararem. Sempre estava inventando algum trabalho no hospital para os doentes que se punham de pé: abrir uma vala, fazer e cavar, trazer terra para o canteiro de flores, e no inverno, limpar a neve. Era da teoria de que o trabalho é o melhor remédio para todas as doenças.

Só que o trabalho arrebenta até os domiais. Isso é coisa sabida. Que ele tivesse se deslombado carregando pedras e já veria como estaria quietinho. — Vdovushkin continuava com sua escrita. Estava dedicado efetivamente a um serviço não regulamentar que Shukhov não podia entender: passava a limpo uma longa poesia que terminava de burlar na véspera e que prometia mostrar naquela manhã e Stepan Grigoritch, o médico amigo da trabalhadora camp.

Como só aconteceu nos campos, Stepan Grigoritch aconselhara a Vdovushkin que se fizesse passar por enfermeiro e como tal o colocou na enfermaria, onde Vdovushkin começou a aprender a dar injeções intravenosas nos ignorantes dos prisioneiros a quem não cabia normalmente imaginar que o praticante não pudesse ser praticante de modo nenhum. Koils, na realidade, era estudante de literatura e tinham-no prendido quando fazia o segundo ano. Stepan Grigoritch queria que ele escrevesse no cárcere o que não lhe tinham permitido escrever estando em liberdade.

... Através dos vidros duplos encastilhados pelo gelo branco, deixava-se ouvir muito tánuo o toque de formar. Shukhov levantou-se num piscar de olhos. Sentia os mesmos calafrios de antes, mas estava visto que seu propósito tinha falhado, Vdovushkin estendeu a mão, apertou o termômetro e olhou-o.

— Eis aí: trinta e sete e dois. Nem bom nem mau. Se tivesse trinta e oito a coisa estava clara a qualquer um. Não posso te dar baixa. Fica aí se quiseres, por tua conta e risco. Quando o médico te vir, dará baixa se achar que estás doente; se não, já sabes — ao BUR por não teres te apresentando ao trabalho. O melhor é ir trabalhar.

— Entreguei-me de corpo e alma — disse, num discurso em Alagoas — a um Partido, o único, estou certo, capaz de nos livrar da horrível situação em que vivemos, e este partido apresenta-se às urnas. Sou forçado a pedir a vocês pelos nossos melhores candidatos.

E passa, então, a explicar a posição dos comunistas. Em outro discurso, durante um Congresso de Escritores, de Porto Alegre, defendia os interesses de nosso povo:

— Atacam-nos, por sermos políticos. Bela novidade. Claro que somos políticos. Política? Perfeitamente. Não queremos que só os idiotas e os malandros se ocupem dela. Resolvemos nossas questões em família. Política? Perfeitamente. Não admitimos que um estrangeiro chegue aqui e nos diga, com o dedo ameaçador, como ouvi há pouco tempo, num banquete: "Faça isto, façam aquilo". Não. Faremos o que acharmos razoável fazer.

E ao terminar, mais adiante: — Necessitamos novas reuniões. Falar muito, discutir, brigar às vezes. Ótimo. Gairesmos desta luta fortalecidos. Lá fora defenderemos nossos interesses e a cultura exigida de que somos capazes... Heloisa vira-se para mim e comenta:

— Assim era Grace: inafavelmente voltado para a defesa dos ideais populares. Certas pessoas, no entanto, alguns companheiros nossos, mesmo não o compreendiam, e interpretavam negativamente certas brincadeiras suas. Quando eu comentava com ele isso, respondia: "O que importa não é o que eu digo brincando, e sim o que eu escrevo. O que penso está nas minhas obras. Será que escrevo em chinês?".

UM GRANDE AMOR

Havíamos falado horas seguidas. Sempre com o mesmo calor e entusiasmo. Heloisa não se fatigava. Reproduzia gestos, palavras, brincadeiras, idéias de Grace, com uma exatidão que parecia que ela o tinha deixado fora poucas horas. Ele revivia através dela. Mostrou-me cartas, nas quais encontrava o mesmo espírito franco e leal do escritor: — "Vejo sempre indivíduos que me dizem: 'Sou seu admirador', pessoas que nunca me leram. Horrível. Para que estas mentiras? Não digo isto nunca a ninguém".

Vou lendo, e encontro: — Adauz, Talima. (Talima, explica Heloisa, é uma personagem dele, que sou eu). Você é uma santa, você é uma sujeita como há poucas".

Brinco com Heloisa, ao que ela replica: — Ele sim, era um sujeito como poucos. Dignificou sempre a mulher. Não havia nele, como em muitas pessoas, a dicotomia entre o que pensava em suas atividades gerais e o que fazia na vida particular. Não admitia que se voltasse apenas para os serviços casuais. Ele achava que a mulher também deveria valer pelo seu trabalho, deveria ter uma profissão.

A MORTE

Recorda pequenos fatos. Fica triste. Lembranças dolorosas da enfermidade do escritor surgem em sua fisiologia. Conta:

— Um dia o encontro pensativo, alisando as sombrancelhas cerradas. Perguntei-lhe o que tinha: — Estou pensando em tudo isto que está acontecendo".

— Acontecendo o que, Grace? — "Isso. Acabar tudo". — Procurei distraí-lo, rindo. — Que é isso, Grace! Nunca pensei que ateu tivesse medo de morrer?

— "Não, não é medo. Ló. É raiva. Porque sei que depois disto não existe mais nada".

— Para ele a vida tinha importância na medida em que se fazia alguma coisa. Vou contar-lhe um pequeno fato, para que você compreenda, Grace. Uma pequena frase, que o sintetiza muito bem. Um dia, num discurso de formatura de um grupo de jovens que o escolhera como paranimfo, disse, entre outras coisas, no final: — Não desejo a vocês que sejam felizes, porque seria desejar-lhes a morte. Desejo que sejam úteis.

A EXPOSIÇÃO

A exposição comemorativa do décimo aniversário da morte de Graciliano Ramos foi inaugurada dia 20 de maio e permanecerá aberta até o dia 20 do corrente, na Biblioteca Nacional. É a reconstrução da vida de intelectual do grande escritor, através de documentos, originais, fotografias, livros e bilhetes pessoais, pertencentes às coleções de Heloisa Ramos e da Livraria José Olímpio. É preciso ir à Exposição de Graciliano Ramos.

Shukhov não respondeu e sem ao menos um cumprimento de cabeça enfiou o gorro e saiu. Quando já se viu quem está bem se ocupar do próximo?

Apertava o frio, cuja caústica tenebrosidade envolveu dolorosamente Shukhov, obrigando-o a tossir. Eram vinte e sete os graus do frio e trinta e sete os de Shukhov. Agora, era ver quem levava a melhor.

Shukhov deu uma corridinha até o barracão. Não havia vitalina no pátio e o campo inteiro estava deserto. Nesse instante breve, angustiante, em que a coisa já não tem remédio, mas quando os homens ainda fingem a ilusão de que não terão de sair. Os da escolta estão nos quartéis, quietinhos, com a cabeça solenemente apoiada no fuzil; tampouco para eles é uma delícia ficar de guarda nas torres de vigia com esse frio. Os sentinelas, na guarita principal, atiram carvão no estufa. Os guardas, no corpo da guarda, terminam o último cigarro antes da revista. Quanto aos prisioneiros, já vestidos com seus andrôides, ajoitados a roupa com botas as cordas que puderam encontrar, ocultos em trapos do queixo até os olhos para se protegerem da geada, estão recostados nas murchilas por cima das mantas com as botas encaixadas absortos e de olhos fechados. Até que o chefe de equipe brada: — De pé!

Com todo o nono barracão também cochilava a equipe 104. Somente Pavlo, o ajudante do chefe de equipe, fazia umas contas com uma lapiseira pequena, movendo os lábios, enquanto no beliche superior o protestante Alishka, vizinho de Shukhov, muito assado, muito lavado, lia um caderninho de notas onde estava copiada a metade dos Evangelhos.

Embora Shukhov entrasse correndo, não fez nenhum barulho. Dirigiu-se ao beliche do ajudante do chefe. Pavlo, levantou a cabeça.

— Não trancafiaram o senhor no calabouço, Ivã Denisovitch? Passou a tempestade? (Não há quem corrija esses ucranianos ocidentais. Até mesmo no campo tratam a gente de senhor e pelo nome e o patronímico). Apanhando a um clima da mesa, estragou-lhe sua razão de pão. A colherada de açúcar sobre ele formava um montinho branco.

Embora estivesse com pressa, Shukhov respondeu com bons modos (o ajudante do chefe de equipe também é um poder; inclusive há muitas coisas que dependem mais dele do que do chefe de campo). Tinha tanta pressa

TOPICOS TÍPICOS

Velho do Juscelino

O ex-presidente Juscelino Kubitschek fez uma palestra na Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo, quando afirmou ser contrário à emancipação de empresas estrangeiras e disse ter enfrentado, sem medo, durante o seu governo, fortes pressões para encampá-las.

Círculos nacionalistas já estão estudando a possibilidade de lançar uma campanha capaz de substituir a de "JK em 63". O lema da nova campanha seria "JK em 1968".

Combate ao comunismo

A famigerada OEA (Organização dos Estados Americanos) possui uma Comissão Consultiva Especial de Segurança Contra a Ação Subversiva do Comunismo Internacional. O Relatório Geral desta Comissão, em 1962, assinado entre outros por um brasileiro (um certo Joaquim Canuto Mendes de Almeida), descobriu uma coisa muito importante:

Política no Vaticano

Atribui-se ao cardeal Agostinho Bêa certa responsabilidade pessoal na renovação da atitude do Vaticano e na "abertura à esquerda" que caracterizou o pontificado de João XXIII.

Conta-se que um jornalista, pouco depois das recentes eleições italianas e do êxito do Partido Comunista, procurou um cardeal ultraconservador e perguntou-lhe o que achava da situação. O cardeal bateu contritamente no peito e respondeu: — Bêa culpa, meu filho, Bêa culpa.

Missão diplomática

Denner — o "jovem e frágil costureiro" da Sra. Maria Teresa Goulart (segundo expressão do *Journal do Brasil*) — viajara para a Europa com passaporte diplomático fornecido pelo Itamaraty e pedido do governo federal. A oposição está gritando que isto é absurdo, pois Denner não irá à Europa no desempenho de missão diplomática alguma.

Milhares nos EUA

Segundo informações do *New York Times*, do *L'Express* e de *France Observateur*, os serviços do Departamento de Defesa, nos Estados Unidos, enviaram seis vezes mais discursos e escreveram quatro vezes mais artigos sobre política exterior do que o pessoal diplomático. Isto é, do que os funcionários do Departamento de Estado. De acordo com a mentalidade da terra do tio Sam, quando maior for o número de discursos ou o seu conteúdo, tanto mais um gorila entenderá de política internacional.

Sêca no Nordeste

Depois de muitos anos passados no Rio, em São Paulo e em Brasília, certo deputado nordestino voltou, de visita, à sua região natal. Lá chegando, e já esquecido da miséria de que são vítimas os seus conterrâneos, ouviu de um deles a seguinte observação: — Mandacaru tá florendo... Sinal de que vem sêca. Intrigado, o deputado perguntou: — E quando mandacaru não florenda, o que é que acontece? — O outro explicou-lhe: — Quando mandacaru não florenda, é que a sêca já chegou.

Lacerda sobre bispos

O governador Lacerda não gostou das declarações feitas pelos bispos paulistas em favor da Reforma Agrária com alteração da Constituição. O *Journal* de domingo passado noticiou que Lacerda teria afirmado algo mais ou menos assim: "Em lugar de fazerem declarações políticas, esses bispos deviam é rezar".

O que acha D. Jaime Câmara deste conselho do governador Lacerda?

NOVOS CAMINHOS DO TEATRO BRASILEIRO

Por absoluta falta de espaço — uma vez que nada justificaria protelar a homenagem devida a Graciliano Ramos no décimo aniversário de sua morte — deixamos de publicar esta semana mais um depoimento da série, que tanta reper-

cusso vem alcançando, sobre o teatro brasileiro. No próximo número mal: um dramaturgo estará nesta página expondo suas opiniões. Será Augusto Boal, do Teatro de Arena, de São Paulo, autor de "Revolução na América do Sul".

que sorveu o açúcar com os lábios e lambem a parte do pão em que ele ficava, ao mesmo tempo em que punha o pé no suporte para subir e arturar a moelha. E, com tudo isso, não fazia outra coisa senão mirar e remirar o pão, sopando-o na mão para calçar se tinha os quarenta e cinquenta gramas que lhe correspondiam. Em cárceres e campos, Shukhov já teria recebido milhares de vezes o pão, e ainda que nunca tivesse podido comprovar seu peso em uma balança nem tampouco fosse capaz, como homem tímido, de se perturbar e clamar por seus direitos, compreendia, há muito tempo, como qualquer preso, que pouco dura em seu pátio, o encarregado de cortar o pão que o pesa honradamente. Sempre falta um pouco em cada ração. Ora, é muito grande? E todo santo dia olha-se o pedaço de pão dizendo-se para acalmar a gente mesmo: "Parece que hoje não me enganaram muito. Minha ração terá o peso que completo".

Faltaria uns vinte gramas — calculou Shukhov, e partiu a ração em duas. Meteu um pedaço sob o paletó acolchoado, onde fizera um bolso de pano branco especial (porque na fábrica onde são feitos não colocam bolsos nos paletos dos presos). Sua primeira intenção foi comer imediatamente a outra metade, e que economizara do desjejum; mas comer assim, as pressas e correndo, é como se não o fizesse: de nada adianta, não enche a gente. Ia guardar na mesinha aquela meia ração, quando mudou novamente de opinião: lembrou-se que já tivera de, por duas vezes, dar uns safanões nos de serviço por causa de roubo. Em um barracão tão grande onde entra quem bem quer.

Por isso, sem largar o pão, Ivã Denisovitch tirou os pés das botas, nelas deixando aglomerar as meias e a colher, subiu descalço, aumentou um centímetro de envergadura e ali, no meio da serragem, começou sua meia ração. Tirou o gorro da cabeça e arrastou a agulha com linha que possuía ali (também roubada, bem escondida porque durante a revista apalpava-se sempre, e uma vez um guarda quase lhe quebrou a cabeça porque se enroscou com a agulha). Depois, ponto a ponto, fechou o trapo sobre o pão escondido. Enquanto isso, terminara de desfazer-se o açúcar na boca. Dentro de Shukhov tudo era tensão: agora chegaria o capataz a soltar gritos na porta. Os dedos de Shukhov movimentavam-se normalmente enquanto a imaginação, adiantando-se ao tempo, calculava o que ia acontecer.

nr romance

Um Dia na Vida de Ivã Denisovitch

Alexandr Soljenitsin

Tradução de B. Albuquerque

A enfermaria localizava-se no extremo mais recolhido e afastado da zona e até ali não chegava nenhum ruído. O relógio de pesos não funcionava. Os relógios são coisas proibidas para os reclusos: os chefes sabem a hora por eles. Nem mesmo se ouvia o roer dos camundongos: todos tinham perido entre as garras de um gato que ali estava especialmente para isso.

Parecia chocante a Shukhov passar cinco minutos inteiros sem fazer nada em um lugar tão limpo, naquele silêncio e com aquela luz tão clara. Inspeccionou todas as paredes e nada achou nelas. Inspeccionou também seu paletó acolchoado: o número do peito estava pôido; era preciso trocá-lo antes que lhe passassem uma repreensão. Passou a mão livre pela barba que lhe cobria o rosto. Porcaria de cabelos! Já fazia uns dez dias que tomara banho e a físera. Mas não atrapalhava. Dentro de três dias lhes caberia ir novamente ao banheiro e então se barbeariam. Para que perder tempo na fila do barbeiro? Shukhov não tinha de se apressar para ninguém.

Depois, olhando para o gorro tó branco de Vdovushkin, lembrou-se do batalhão sanitário instalado na margem do rio Lovat. Chegou ali com a mandíbula contundida e, por ser cretino e trouxa, voltou a sua unidade sem que ninguém mandasse. Podendo ter ficado ali uns cinco dias.

Agora acariaciava o sonho de cair doente por umas duas ou três semanas, mas que não fosse coisa de morte,

Metalúrgicos: Vitoriosa a Chapa Dos Trabalhadores

Logo as primeiras urnas, apuradas, foi desaparecendo a dúvida que pudesse existir quanto ao resultado das eleições realizadas para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.

A pouca e pouca a margem de vantagem da Chapa 1 foi se ampliando e, no final da contagem, os números apontavam a vitória esmagadora: 8.010 a 1.718 para a diretoria, 7.788 a 1.845 para o conselho fiscal e 7.708 a 1.622 para a delegação à Federação dos Metalúrgicos.

A vitória da diretoria composta por Benedito Cerqueira (presidente), José Leites da Costa (secretário

geral), Paulo Lopes (secretário do trabalho), Alberto Almeida de Sampaio (tesoureiro), Ulisses Lopes (procurador), Rafael Vital (diretor social) e João Batista Nunes Machado (assistente de delegacia), apresenta uma séria derrota para o pelego Crockati de 84, que não poupa esforços para eleger a chapa contrária, mais identificada com seus propósitos e mais afastada dos trabalhadores.

O mais alto significado do resultado eleitoral foi a segurança de que a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos continuará firme em suas posições de luta reivindicatória dos membros da categoria e da classe operária em geral, assim como

representa poderoso apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores.

PROGRAMA

A vitória da Chapa 1 está indistintamente ligada ao programa que apresentou como suas prioridades:

- a) apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores;
- b) luta pelo pagamento do salário profissional;

Uma oferta excepcional de PPS

Este anúncio é, particularmente, dirigido a você, prezado leitor. Como você sabe, nenhuma publicação faz milagres com os preços atuais do papel e serviços gráficos. Mas PPS pode-lhe fazer uma oferta excepcional: uma assinatura por apenas Cr\$ 750,00. Você receberá desde o número de janeiro de 1963. Dirija o seu pedido para rua da Assembleia, 34, sala 304, Rio (GB). Valores em nome de H. Cordeiro.

c) pagamento, em todas as formas, da taxa de insalubridade;

d) apoio incondicional às forças que lutam pelas reformas de base;

e) pagamento de todos os abonos e do 13.º salário.

OS COMUNISTAS A DEMOCRACIA E O MILITARISMO NA COLOMBIA

Os comunistas e a democracia, eis o tema de um dos trabalhos contidos no n. 4 da revista Problemas da Paz e do Socialismo, à venda em nossas principais livrarias e bancas de jornal. Trata-se do extrato de um debate entre representantes de partidos comunistas e operários de 23 países. Os métodos fascistas na Espanha e o incremento do militarismo na Colômbia são outros assuntos ventilados no número de PPS em circulação.

A posse da nova diretoria será realizada dia 18 de julho, juntamente com a dos membros do conselho fiscal, encabeçados por Aureo Ferreira e da delegação à Federação de Metalúrgicos, que tem à frente Mário Matos de Lourdes.

Ajuda a NOVOS RUMOS

Um marítimo patriota (Rio-GB)	1.000,00
2 amigas da Copacabana (Rio-GB)	1.000,00
Amigos de Olaria (Rio-GB)	1.100,00
Hoteleiros (Rio-GB)	500,00
Helen (Rio-GB)	300,00
Albatros (Rio-GB)	500,00
Amigos de Cosmos (Rio-GB)	400,00
J. Pereira (Rio-GB)	400,00
Elias Nicolau Martins (Rio-GB)	2.000,00
Total	7.260,00

Camponeses Gaúchos Apóiam Decisão do CGT: Greve Geral Pelas Reformas

Pérola Alegre (Do correspondente) — Lutar pela mudança do art. 141, § 1.º da Constituição Federal, de modo a permitir a desapropriação da terra, mediante o pagamento em títulos da dívida pública, foi uma das resoluções tomadas pela diretoria do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem-Terra, Pequenos e Médios Proprietários do R. G. do Sul), em recente reunião.

Outras importantes resoluções foram aprovadas, visando ao fortalecimento da luta pela reforma agrária. Entre elas, a de reclamar a imediata distribuição e posse das terras desapropriadas pelo governo anterior, ou pertencentes ao domínio do Estado, bem como intensificar as atividades junto à Frente de Mobilização Popular, fortalecendo a uni-

dade com os operários, camponeses, estudantes, parlamentares nacionalistas e demais forças progressistas. A diretoria do MASTER hipotecou na ocasião irrestrita solidariedade à luta do Partido Encruzilhada do Sul, Milton Soares Rodrigues, contra os sonegadores de impostos, aos sargentos presos pela sua posição patriótica, ao líder João Correia Neto (S. Paulo), ao Pe. Alípio de Freitas e aos camponeses de Formosa (Goiás).

Finalmente, foi decidido apoiar a decisão do CGT por uma greve geral pelas reformas, oportunidade em que as associações filiadas ao MASTER promoverão grandes concentrações de camponeses, com seus instrumentos de trabalho, nas sedes dos respectivos municípios.

Num caderno escolar

A notícia veio de Brasília. Num fim de página, quase apagada. Contava assim: uma menina baiana no 3.º ano primário, em Vitória da Conquista, no dia da inauguração da estrada Rio-Bahia entregou ao presidente da República seu caderno de deveres escolares escrevendo na última página: "Nesta carta eu lhe dou o meu caderno em nome de todas as crianças da Rio-Bahia, sobretudo os pobres; eu peço que o senhor dê ordem para fazerem muitas escolas, com boas professoras, com merenda e com médicos e remédios para todos".

Não vou discutir com os céticos nem ouvir os espíritos-de-porco que dirão com certeza que alguém mandou a menina escrever isso, que uma menina no 3.º ano primário ainda não sabe o que quer, etc. Tudo errado. Uma menina do interior, vivendo a vida dura sem divertimentos nem encantamentos, olhando desde cedo a vida como ela é, sem histórias de quadrinhos e programas de tevê está muito mais vidente do que as crianças das cidades grandes, intoxicadas de super-homens e filmes de mocinhos.

A carta é dela mesma e a prova é que resolveu fazê-la no seu próprio caderno es-

colar. Que presente maior daria ela a um presidente da República do que o seu próprio caderno escolar ou seja o seu trabalho cotidiano, demonstrativo do seu amor a esse trabalho e aos estudos? Pediu escolas, merendas, médicos, remédios e boas professoras. Nada pediu de grandioso. Quer estudar, comer, não ficar doente; quer ter quem cuide dela e das outras crianças pobres como ela o é.

Um documento de profunda beleza e chelo de ingenuidade como se o governo (ou governos) tivesse interesse nas crianças brasileiras. Um documento de uma menina que está vendo a vida mais cedo, sentindo cedinho os problemas que a cercam.

Foi como se todas as crianças brasileiras resolvessem, através dela, mandar cadernos escolares ao presidente e nêles um pedido que deve ser exigência: — escolas, bons professores, merenda, médicos, remédios.

A menina baiana falou em nome das crianças do Brasil.

P.S. — Um abraço no nosso grande companheiro Astrojildo Pereira que acabe de perder a sua mãe.

AO POVO BRASILEIRO E AO GOVERNO

Ferrovias e Trabalhadores em Petróleo de todo o Brasil, após sucessivos encontros para debater e deliberar sobre a propalada criação da Rede Nacional de Oleodutos S. A., dirigem-se ao Povo Brasileiro e ao Governo para manifestar o seguinte:

- 1 — O transporte de petróleo e derivados constitui monopólio outorgado à PETROBRAS pela lei n.º 2.004;
- 2 — É imperativo da própria soberania nacional o fiel e invariável respeito aos princípios desse monopólio, já agora, a sua extensão no rumo do MONOPÓLIO INTEGRAL mediante a encampação das refinarias particulares, da indústria petroquímica e da distribuição a granel;
- 3 — A PETROBRAS desenvolve intenso programa de expansão de sua rede de oleodutos, investindo, somente no exercício de 1963, nesse ramo de atividade, Cr\$ 10 bilhões;
- 4 — Indústria integrada como nenhuma outra, é inalcívavel para a PETROBRAS o precedente suicida do desmembramento de uma das suas atividades fundamentais. Por analogia teríamos amenhã idênticas investidas sobre a Frota de Petróleo, o Serviço de Telecomunicações, etc, etc;
- 5 — Compreendemos a absoluta necessidade de ser a Rede Ferroviária Nacional recuperada, operando com eficiência para influir decisivamente na luta pela emancipação econômica do País;
- 6 — Proclamamos, contudo, que essa recuperação há de fazer-se com a correção de erros próprios de sua administração e a adoção de várias medidas, algumas drásticas, que assegurem ao transporte ferroviário a plenitude de suas possibilidades, mediante a aprovação de leis de defesa das ferrovias brasileiras, a limitação do transporte em caminhões ou, ainda, a adoção de medidas administrativas conjuntas capazes de beneficiar os milhares de trabalhadores da Rede e de PETROBRAS e a economia nacional;
- 7 — Declaramos o Grupo de Trabalho, criado para "sugerir diretrizes e medidas que melhor atendam aos interesses nacionais", a que pondero conosco que a suprema esperança do Povo Brasileiro, a PETROBRAS, não pode ser mutilada, sobretudo no momento em que os seus reais defensores, os Trabalhadores, se empenham na conquista do MONOPÓLIO INTEGRAL, etapa decisiva para libertar a nossa Pátria da ação criminosa dos trusts e cartéis internacionais.

Estamos nós, dirigentes sindicais do petróleo e das ferrovias, em comissão para prestar toda a cooperação necessária em benefício da PETROBRAS e da REDE FERROVIÁRIA para que ambas cumpram sua missão nacionalista.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1963.

Federação Nacional dos Trabalhadores em Ferrovia — Raphael Martiniell — Presidente; STI Destilação e Ref. Petróleo Bahia — Mário Soares Lima — Presidente; STI Destilação e Ref. Petróleo Guanabara — Fernando H. Autran — Presidente; STI Extração Petróleo nos Estados Pará, Amazonas e Maranhão — Carlos Sá Pereira — Presidente; STI Extração Petróleo Alagoas — José Gonçalves Lima — Presidente; STI Extração Petróleo Bahia — Wilton Valença — Presidente; STI Destilação e Ref. Petróleo Duque de Caxias — Cid Cezare Salgado — Presidente; STI Destilação e Ref. Petróleo Cubatão, Santos e S. Sebastião — Geraldo Silvino de Oliveira — Presidente e STI Ind. Petroquímica de Duque de Caxias — Luiz Jorge Gomes — Presidente.

Mais Navios Para o Lóide: Mais Progresso Para o Brasil

O transporte marítimo possui uma grande importância para o Brasil, seja no que se relaciona com a circulação interna de mercadorias — somos um País de grandes dimensões territoriais e extensa costa marítima —, seja no que se relaciona com o comércio externo, no qual pode constituir-se em fator de poupança de divisas, das quais o Brasil sofre grande necessidade. Infelizmente, porém, em virtude da orientação impatriótica dos nossos governos, o Brasil, que no passado foi senhor de poderosa frota mercante, encontra-se hoje, também neste setor da sua atividade econômica, em situação de quase calamidade.

200 mil tdw para o Lóide

Os trabalhadores marítimos, de longa data lutando em defesa da Marinha Mercante, batendo-se pelo desenvolvimento da construção naval nacional e pela compra, no estrangeiro, dos navios necessários, enquanto a nossa indústria não estiver capacitada a produzi-los em quantidade suficiente. Nesta luta, aos marítimos veio juntar-se, há pouco mais de um ano, uma personalidade que assumiu a direção do Lóide Brasileiro, o sr. Moacyr Monteiro Netto. Com a sua posse no cargo, sendo S. S.º político nacionalista militante, a principal empresa de navegação brasileira passou a ter à sua frente um diretor que não é um simples gerente comercial, mas um administrador lúcido, voltado para os principais problemas de cuja solução depende converter-se a Autarquia em instrumento eficiente do comércio externo do País.

Assim, uma das maiores preocupações do atual diretor do Lóide Brasileiro é conseguir navios num total de 200 mil TDW até 1965, para reforçar e renovar a frota mercante da empresa. "O Lóide", afirma o seu diretor — carece de pronto de uma tonelagem de renovação estimada, no mínimo de 200 mil TDW, podendo entretanto tal cifra ser facilmente duplicada. A demanda de navios é ainda maior, prossegue, "... porquanto deriva da própria expansão do nosso comércio exterior e, por outro lado, da enorme incapacidade que temos tido de atender às próprias cotas de transportes que cabem ao País em seu intercâmbio com o estrangeiro."

Brasil vende navios

Quem faz as encomendas aos estaleiros, no entanto, é a Comissão de Marinha Mercante, pois é ela que dispõe dos recursos provindos do Fundo de

Marinha Mercante, criado precisamente para desenvolver a construção naval no País. E, até o momento apenas sete navios foram encomendados aos estaleiros nacionais para o Lóide. Destes, o "Henrique Lage", de 10.500 TDW, foi incorporado à frota em fins de dezembro último e encontra-se em sua viagem inaugural pelos mares do mundo. No corrente ano também deveria ser incorporado à frota do Lóide o "Esmeralda", de 12.700 TDW, o maior navio já construído na América Latina. Erradamente, porém, o governo brasileiro está negociando esse navio com o México.

No momento o diretor do Lóide reivindica, junto à Comissão de Marinha Mercante, sejam feitas novas encomendas para o Lóide a estaleiros nacionais, a fim de chegar a 1965 com a meta de 200 mil TDW superada.

Apoio dos trabalhadores e da indústria

Os trabalhadores marítimos não só apóiam, mas participam ativamente da luta pelo fortalecimento e renovação da frota do Lóide. Os seus interesses coincidem com os interesses nacionais. Mais navios, para a economia nacional, significa mais transporte e, portanto, poupança de divisas; para o trabalhador marítimo, mais navios significa também que um maior número de seus companheiros terão a oportunidade de ganhar o pão para as suas famílias, deixando a triste fila dos desempregados que, nas sedes dos sindicatos, cresce continuamente.

A indústria também, no que possui de mais representativo, dá o seu apoio à orientação adotada pelo Lóide. Isso porque, o estabelecimento de novas linhas de navegação, atingindo novos países, entre os quais os do continente africano, ora em desenvolvimento, veio abrir novos mercados para os produtos da indústria nacional. Recentemente, por ocasião das comemorações da Semana da Indústria, um grupo de homens de empresas nacionais visitou o Lóide Brasileiro. Um dos visitantes pronunciou então um discurso destacando o papel que a Autarquia vem desempenhando na economia brasileira e finalizou com as seguintes palavras: "Bem sabemos da importância que significa para a economia nacional a existência de organizações que possam ajudar a superar nossas dificuldades e fazer com que a Nação avance aceleradamente para sair em definitivo do período de subdesenvolvimento, para ombrear-se altamente com as grandes potências mundiais".

REVISTAS SOVIÉTICAS

Apresentamos o programa e as novas conquistas da sociedade socialista na URSS, através da leitura de suas principais revistas maravilhosamente ilustradas.

UNION SOVIETICA, revista mensal, ricamente ilustrada, que informa com amplitude a vida dos cidadãos soviéticos, seu trabalho e seu descanso, assim como o desenvolvimento da economia, da cultura, da ciência, da literatura, da arte, da educação e da vida social. Aparece em espanhol, inglês, francês, alemão, russo e outros idiomas. Assinatura anual Cr\$ 800,00

UNION SOVIETICA e mais o suplemento "EL DEPORTE EN LA URSS" Cr\$ 1.000,00

TEMPOES NOVOS, semanário que trata da atualidade internacional e os principais problemas do nosso tempo. Informes econômicos, comentários e questões internacionais etc. Suplementos: tratados e documentos de política internacional. Aparece em espanhol, inglês, alemão, francês e russo. Assinatura anual Cr\$ 600,00

LA NUEVA SOVIETICA, revista mensal ilustrada que dá a conhecer a vida e a atividade das milhares soviéticas. Contos e novelas, moda, educação infantil, etc. Aparece em espanhol, inglês, alemão, japonês, russo. Assinatura anual Cr\$ 460,00

LITERATURA SOVIETICA, revista mensal, que publica as novas melhores obras dos escritores soviéticos, artigos de crítica literária, etc. Reprodutores de quadros. Publicada em espanhol, inglês, alemão e polonês. Assinatura anual Cr\$ 600,00

CULTURA Y VIDA, revista mensal ilustrada. Notícias científicas, artísticas e culturais. Vida social e econômica. Relações culturais da URSS com outros países. Em espanhol, inglês, francês, russo e alemão. Assinatura anual Cr\$ 460,00

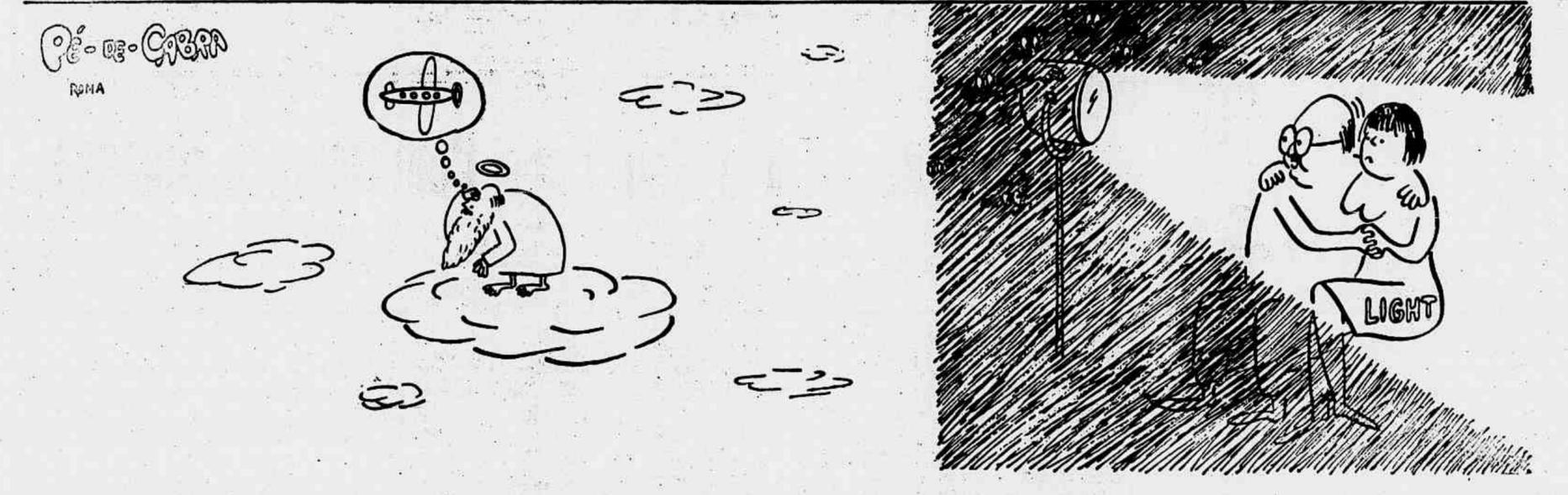
NOVEDADES DE MOSCÚ, semanário noticioso e informativo de todo o que ocorre em Moscou. Amplamente ilustrado. Oferece suplementos gratuitos com os mais importantes documentos do governo soviético. Em Espanhol. Assinatura anual Cr\$ 560,00

FILMES SOVIÉTICOS, revista mensal ilustrada. Novos filmes soviéticos e estrangeiros. Informações sobre os mais destacados artistas, diretores e outras figuras do cinema e seu trabalho na criação de personagens e do novo em cinematografia. Aparece em espanhol, inglês, francês, alemão, russo e árabe. Assinatura anual Cr\$ 600,00

VIDA INTERNACIONAL, revista mensal que trata detalhadamente da política exterior e da diplomacia soviética e dos problemas das relações internacionais. Estudos teóricos. Aparece em inglês e francês. Assinatura anual Cr\$ 460,00

Pedidos de assinaturas acompanhados de cheque ou vale postal a:

C. C. AMARAL GUIMARÃES
AGÊNCIA INTERCÂMBIO CULTURAL
Rua 15 de Novembro 118 - 1.º andar - 2/190
SAO PAULO





CRIME DE LESA-PÁTRIA

O problema da ameaça de compra da Bond and Share pelo governo brasileiro está no centro dos acontecimentos políticos no País. A denúncia que vinha sendo feita, há meses, pelas forças nacionalistas, ganhou novas dimensões, na última semana, em face das vigorosas declarações feitas pelo deputado Leonel Brizola através de uma rede de emissoras de rádio e televisão. A denúncia, de que damos um resumo nesta mesma página, aponta duramente o sentido antinacional e imoral do negócio que se pretende fazer, advertindo o presidente João Goulart para a sua responsabilidade pessoal no caso. "É um escárnio à carta de Vargas" — declarou Brizola.

No dia imediato, o representante carioca voltou a fazer a denúncia, desta vez da tribuna da Câmara, provocando um debate de intensa repercussão.

Os elementos comprometidos na negociação vieram-se obrigados a ficar numa posição defensiva, pelo menos temporariamente. O ministro San Tiago Dantas foi à televisão. Mas não somente não re-

futou as acusações feitas, como ainda preferiu inutilmente fugir à responsabilidade, afirmando que os entendimentos — que, segundo disse, não estavam concluídos — resultavam, todos eles, de determinações do próprio presidente da República.

O ministro da Guerra, por sua vez, pôde especialmente em face das denúncias, tentou também tirar o corpo fora, inclusive procurando denegatir a autenticidade da ata cuja cópia foi exibida de público pelo deputado, Leonel Brizola. Ao mesmo tempo, porém, os jornais noticiam que o general Amadori Krüel estaria perseguindo certos oficiais de seu gabinete, dos quais desconhecia que tinham feito a entrega da ata, obtida através do Serviço Secreto.

Enquanto isso, constituída-se na Câmara Federal uma comissão parlamentar de inquérito — requerida, há semanas atrás, por iniciativa do deputado Marco Antônio Coelho — para apurar tudo quanto se relacione com os entendimentos para a compra da Bond and Share. O deputado Adão Barreto foi eleito relator da Comissão. Igualmente, o Senado

decidiu constituir uma comissão de inquérito, por iniciativa do sr. Nelson Maculan, tendo sido já convidadas várias autoridades para depor.

Para a opinião pública, é cada dia mais evidente que se trata de um revoltante ato de traição nacional e uma negociação espantosa, provavelmente a maior de que se tem notícia em toda a nossa história. É um duplo escândalo: Primeiro, por se pretender comprar um acervo que virtualmente já pertence ao povo brasileiro. Depois, por se pretender avaliar essa compra sobre uma base três vezes mais elevada do que aquela que foi fixada pelos técnicos da Comissão de Nacionalização dos Serviços Públicos, já feita a correção da moeda segundo os índices oficiais do Conselho Nacional de Economia. Por isso mesmo, é com indignação que o povo brasileiro encara esse sujo e revoltante negócio contrário aos nossos interesses e à própria soberania do Brasil.

Impedir a consumação desse crime de lesa-pátria é um dever de todos os patriotas, de todos os brasileiros honestos.

A denúncia do "crime de lesa-pátria", feita através de uma rede de emissoras de rádio e televisão, foi iniciada pelo deputado Leonel Brizola com a condenação do chamado "empréstimo industrial" feito à Standard Electric — 3 e meio bilhões de cruzeiros — como forma de indenização, à margem da Justiça brasileira, da encampação feita da subsidiária da IT&T pelo governo gaúcho. Referiu-se, em seguida, à política econômico-financeira, apresentada pelo ministro San Tiago em nome do Governo. "Ouvi, aquela exposição — disse Brizola — e fiquei perplexo. Sinceramente, não compreendia como um governo que nasce, que recolhe o seu poder e a sua autoridade do seio do povo, de profundas raízes populares, viesse abraçar uma política econômico-financeira que até agora consistia uma das razões de nosso combate. O novo governo consagrava para si exatamente a política que até aquele momento combatíamos, a política preconizada pelo professor Gudin, a política da Instrução 204, dos srs. Mariani, Lacer e Lucas Lopes, a política preconizada pelo "O Globo", a antítese da carta de Vargas".

Aborda, então, o problema da compra das subsidiárias da Bond and Share. Depois de afirmar que transmitiu ao sr. João Goulart a sua opinião contrária à posição do sr. San Tiago Dantas e que ouviu do presidente da República a afirmação de que "não homologaria qualquer decisão sem um amplo debate", o deputado Leonel Brizola esclarece que o que pretendem certos setores do Governo não é uma encampação, mas uma compra. "Como se faz uma encampação? Primeiro — diz — o poder concedente, através de uma comissão de tombamento, realiza o tombamento fisco e contábil da empresa. Realizado esse tombamento, apuradas as inversões, apurados os lucros regulares — e os irregulares também — feitas todas essas coisas, então faz-se a apuração final da indenização. Em seguida, o poder público, através de um ato normal, declara de utilidade pública, desapropria o bem da empresa, retoma o serviço, requer em juízo a sua missão na posse, dê-se bem. E o serviço reverte à posse do poder concedente. Foi isso o que fizemos em Porto Alegre. Pois bem: realizamos o tombamento e verificamos que a subsidiária gaúcha da Bond and Share — e não fomos nós, do governo do Estado que verificamos, foi uma comissão de tombamento designada pelo governo federal — tinha que nos entregar todo o seu acervo — uma usina velha e a rede — de graça, e nos tinha de pagar 180 milhões de cruzeiros pelos lucros ilegalmente apurados e remetidos para o exterior. Isso é uma encampação: desapropriamos, requeremos em juízo, com a autorização nos imitimos na posse, e lá estamos. Ganhamos todas as questões judiciais levantadas pela empresa. Ainda, recentemente, ganhamos no Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança em torno da desapropriação de livros e documentos da empresa, que nos permitiram inclusive encontrar outras informações que a comissão de tombamento não conseguira verificar". O resultado — acrescenta Brizola — foi que "em quatro anos dobramos a nossa potência instalada, demonstrando que aquela empresa perturbava e deformava o nosso desenvolvimento".

Aborda, então, o problema da compra das subsidiárias da Bond and Share. Depois de afirmar que transmitiu ao sr. João Goulart a sua opinião contrária à posição do sr. San Tiago Dantas e que ouviu do presidente da República a afirmação de que "não homologaria qualquer decisão sem um amplo debate", o deputado Leonel Brizola esclarece que o que pretendem certos setores do Governo não é uma encampação, mas uma compra. "Como se faz uma encampação? Primeiro — diz — o poder concedente, através de uma comissão de tombamento, realiza o tombamento fisco e contábil da empresa. Realizado esse tombamento, apuradas as inversões, apurados os lucros regulares — e os irregulares também — feitas todas essas coisas, então faz-se a apuração final da indenização. Em seguida, o poder público, através de um ato normal, declara de utilidade pública, desapropria o bem da empresa, retoma o serviço, requer em juízo a sua missão na posse, dê-se bem. E o serviço reverte à posse do poder concedente. Foi isso o que fizemos em Porto Alegre. Pois bem: realizamos o tombamento e verificamos que a subsidiária gaúcha da Bond and Share — e não fomos nós, do governo do Estado que verificamos, foi uma comissão de tombamento designada pelo governo federal — tinha que nos entregar todo o seu acervo — uma usina velha e a rede — de graça, e nos tinha de pagar 180 milhões de cruzeiros pelos lucros ilegalmente apurados e remetidos para o exterior. Isso é uma encampação: desapropriamos, requeremos em juízo, com a autorização nos imitimos na posse, e lá estamos. Ganhamos todas as questões judiciais levantadas pela empresa. Ainda, recentemente, ganhamos no Supremo Tribunal Federal um mandado de segurança em torno da desapropriação de livros e documentos da empresa, que nos permitiram inclusive encontrar outras informações que a comissão de tombamento não conseguira verificar". O resultado — acrescenta Brizola — foi que "em quatro anos dobramos a nossa potência instalada, demonstrando que aquela empresa perturbava e deformava o nosso desenvolvimento".

INTERFERÊNCIA

Prosegue Brizola: "Em palestra com o presidente, João Goulart, ajudou-me o presidente que ele havia debatido com o presidente dos Estados Unidos esse problema, e, inclusive, estava disposto a encontrar uma solução amistosa, através de um entendimento e não de uma encampação litigiosa, visando eliminar as chamadas "áreas de atrito" nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Nessa ocasião, disse ao presidente: mas essas intenções do governo brasileiro já foram frustradas pelo governo norte-americano, porque, depois dos entendimentos, o governo dos Estados Unidos havia quebrado aquele compromisso, através da promulgação de uma lei que vinha colocar o nosso País — como qualquer outra parte em que há inversões norte-americanas — numa situação muito constrangedora, e intolerável para resolver qualquer problema através de entendimentos". Demonstrei que ele, rigorosamente, não tinha mais nenhum dever, nenhum compromisso face aos entendimentos que realizou diante daquela lei, o Foreign Aid Act. Essa lei, segundo estou informado, foi redigida a proposta a um representante norte-americano, pelo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, tendo em vista a situação brasileira criada com a encampação da subsidiária gaúcha da Bond and Share. Essa lei dá prazo para os governos dos

"Andam Rápido Para Entregar o Brasil"

países que fazem encampações de empresas ou propriedades de norte-americanos. Ou se paga da maneira que a lei estabelece ou para a Aliança para o Progresso e toda a chamada "ajuda". A lei é uma violência, um atentado à soberania dos povos mais fracos, uma lei inaceitável para qualquer país que preza sua soberania. Estou convencido de que nenhuma negociação se pode realizar com o governo norte-americano enquanto estiver essa lei em vigor. O governo dos Estados Unidos terá de revogar essa lei, porque não há posição de dignidade para o governo que negocia com os Estados Unidos sob condições estabelecidas por um governo estrangeiro. Então a Aliança para o Progresso e esses tais programas de ajuda são para coagir governos fracos? Ameaçam com a suspensão de tudo se os governos em questão não se submetem a essa lei?

Fiz — continua — essas ponderações ao presidente João Goulart e demonstrei ainda outros aspectos profundamente lesivos, e até comprometidos para o seu governo, nessa questão. Mostrei que isso é incompatível com a nossa bandeira nacionalista, com a carta de Vargas — que todos nós juramos seguir e ter como nossa bandeira. Declaro-me nessa ocasião o presidente João Goulart que ele também, embora reconhecendo a necessidade de dar uma solução a essas questões, estava convencido de que era um assunto muito sério e muito delicado, e por isso havia mandado suspender o andamento do assunto, e que já havia uma comissão — a CONESP — formada por técnicos e especialistas, trabalhando nessa questão, realizando os entendimentos.

Declarou-me o presidente João Goulart: "Mandi parar tudo". Sai tranqüilo e satisfeito, certo de que esse assunto não teria andamento".

MISTER SARGENT

"Dali a uns dias — prossegue o deputado Leonel Brizola — estava, por acaso, no hotel e ouvi na portaria os empregados falarem "Mister Sargent... Mister Sargent...". Disse: "Esse Mister Sargent, eu conheço". Falei com o chefe da portaria, o meu amigo Carlos:

— Quem é esse Mister Sargent?
— Ah, doutor, esse é um chefe da Bond and Share que está aí.

Digo: — Então é o Mister Sargent mesmo. E há quanto tempo está aí esse Mister Sargent?

— Ah, doutor, ele está aí há dias, andam em negociações, estão tratando com o Governo.

Ei digo: — Ué, então esse assunto está andando.

Procurei investigar, e fui ver que o Mister Sargent estava aqui no Rio de Janeiro acampado, com todo o seu "staff", em reuniões e reuniões com ministros, com altos dignitários do governo, em reuniões com a CONESP (Comissão de Nacionalização dos Serviços Públicos), intensos entendimentos".

Adianta Brizola que procurou alguns integrantes da CONESP e foi informado de que os trabalhos da Comissão "haviam sido suspensos porque os americanos, chefiados pelo Mister Sargent, estavam muito irritados e consideravam todos os membros da CONESP comunistas, que iam desapropriar os bens deles, que só trariam agora "em nível mais alto". Tomei conhecimento, depois, de que a CONESP fora dissolvida. "Entregamos o relatório e fomos dissolvidos", disseram-nos membros da Comissão. E em seguida foi constituída uma comissão interministerial. Lendo o "Jornal do Brasil" vi que se reunira a comissão interministerial para tratar do problema das encampações, reunião na realidade oficial do ministro da Guerra, o palacete Barão de Laguna". Baseado na palavra do presidente João Goulart, fiquei intrigado com aquilo".

ENTREGUISMO

A reunião — revela o deputado Leonel Brizola — foi realizada num sábado à noite. Na terça-feira seguinte, um telegrama da A.P. e U.P.I. de Nova Iorque, dava notícia de um comunicado da Bond and Share, nos Estados Unidos,

no qual se afirmava: "A American Foreign Power Company anunciou ter chegado a um acordo com o governo brasileiro, em virtude do qual o Brasil adquirirá as usinas e demais instalações elétricas de empresas instaladas em seu território, pelo preço de 185 milhões de dólares. O presidente da companhia, Mister Henry Sargent, declarou que as negociações com o governo brasileiro culminaram com o acordo e que foram realizadas numa atmosfera de cooperação e compreensão, a fim de chegar-se a um ajuste amistoso".

Depois em "O Globo", outro telegrama de Nova Iorque, sobre os entendimentos do sr. San Tiago Dantas com o FMI, dizia: "Outra medida considerada em Washington como encorajadora foi a assinatura, segunda-feira, de um memorando de entendimento entre a embaixada brasileira e a American and Foreign Power fixando bases para a compra de nove companhias de serviço público desse grupo que opera no Brasil, entre as quais se incluem as encampadas por governos estaduais. Como se recorda, os entendimentos em relação a essas empresas começaram no ano passado, durante o encontro Kennedy-Goulart. O acordo agora assinado encerra o problema das expropriações de bens norte-americanos no Brasil". Comenta então Brizola: "Vejam isso: os ministros reuniram-se à noite (eu sei que foi à noite), furtivamente, na casa do ministro da Guerra, veja bem, na casa do ministro da Guerra, o chamado Barão de Laguna, reuniram-se e já na segunda-feira (veja bem como se anda rápido para entregar o Brasil) o embaixador assinava esse compromisso e a Bond and Share dava seu comunicado na imprensa".

Depois de dizer que fizera tudo para conseguir as privações "monstruosas", afirmou Brizola: "Consegui e até dessa reunião. E vou dizer qual a fonte: foram membros do Serviço Secreto do Estado que me entregaram esse documento. E se quiserem me permitir ou fazer que eu declare quem foi, podem desde já ficar sabendo que ninguém me arrastará, o nome disse oficial. E lembro o seu patriotismo, pois lhe saúdo a responsabilidade que justamente o seu ministro — o ministro da Guerra — homologasse com a sua autoridade, com a sua farda, com a sua espada, uma decisão como essa, levava ao nosso povo, que é, no meu entender, um verdadeiro crime de lesa-pátria. Procurei, nesse mesmo tempo, convocar o ministro da Fazenda, no Congresso, no seio da bancada do PSD, para que ele se explicasse. O ministro marcava uma data, desmarcava, e assim foi indo, e eu cheguei a interpelá-lo publicamente, numa reunião, quando se discutia o aumento do funcionalismo na Câmara. Ele marcou a reunião, publicamente, para o outro dia, às 10 horas. Ao chegar na Câmara, o ministro manda telefonar dizendo que teve de regressar ao Rio de Janeiro. Falou e reuniu, e lá não vai até hoje, a despeito de nossas instâncias, para se explicar".

Refere-se o deputado Leonel Brizola, em seguida, aos comentários da "Hanson's Letters" onde se diz, a propósito do pagamento à IT&T, que o Brasil é agora o palhaço do hemisfério, e se chega a afirmar — para vergonha de todos nós brasileiros — que o governo dos Estados Unidos precisa intervir em defesa do Brasil. Diz a publicação lanque que "jamais as famosas "bananas republicas" da primeira metade deste século se renderam a uma espolição, a um roubo, a um assalto, com tanta facilidade e com tão doce enleio como o fez o Brasil nessas transações".

O ASSALTO

Voltando a referir-se à reunião da comissão interministerial, lê o deputado Leonel Brizola trechos da ata aprovada. Diz o documento que a comissão decide recomendar as negociações realizadas com a American Foreign Power Company, recomendar a designação de Eletrobrás para agente comprador, recomendar a Eletrobrás a utilização das negociações com a compra das ações da Bond and Share da seguinte forma: pagamento de 70 milhões de dólares e 600 mil pelas ações e mais 64 milhões e 395 mil correspondentes aos prazos. Condições da compra: recomendar que a data da transação retroaja a 31 de dezembro de 1962. Re-

comendações que a Eletrobrás assumo o empréstimo de 38 milhões de dólares que a Bond and Share tem nos Estados Unidos e mais 74 milhões de dólares, totalizando 454 milhões de dólares. Dis ainda: "Recomendar à Eletrobrás que tome as providências necessárias para promover o rápido reajustamento das tarifas das antigas subsidiárias, especialmente com respeito à correção monetária de seus ativos".

Faz Brizola, nessa altura, um apelo ao presidente João Goulart para que "não faça e não permita que se faça lesa-pátria, um escárnio ao sacrifício de Vargas, que derramou o seu sangue e deixou esta carta como guia da nossa conduta, como inspiração para o nosso patriotismo". E declarou que "se esse negócio for ultimado se criará para mim uma situação insustentável, uma discordância insanável com o governo que tanto procurei ajudar a constituir-se". Afirma que os ministros que aprovaram o negócio devem ser chamados a um processo de responsabilidade. "Considero — diz — que particularmente o ministro da Guerra encontra numa situação muito difícil", pois os militares "são patriotas do mais puro quilate, que muitas vezes pensam diferente de nós, mas ninguém pode desobedecer quem são homens que se devotaram ao serviço da Pátria, vestem a farda daqueles heróis do nosso passado, devotaram-se a um sacrifício, fizeram um voto de pobreza".

Continua Brizola: "A comissão de ministros aceitou a compra do acervo da Bond and Share por 185 milhões de dólares — 135 milhões pelo acervo: 45 milhões de empréstimo cuja responsabilidade a Eletrobrás tem de assumir; 77 milhões de crédito do holding na subsidiária — que, a dólar de 200 cruzeiros, significam 116 bilhões de cruzeiros. Pois bem: com 116 bilhões de cruzeiros, eu assumo o compromisso de escolarizar todas as crianças brasileiras e instalar uma "maternal" em cada escola. Isso dá para 100 mil escolas novas em condições de subsidiar a alimentação para as crianças".

A CONESP, entretanto, chegara à conclusão de que o valor da compra era de 57 bilhões de cruzeiros, usando-se os índices de correção do Conselho Nacional de Economia. E isso de acordo com os dados proporcionados pela contabilidade da própria empresa. "Nessa base — acrescenta Brizola — é que a Eletrobrás poderá calcular suas tarifas. Quer dizer: a Eletrobrás irá contabilizar como custo 57 bilhões para poder calcular as tarifas, mas está comprando por 116 bilhões".

Além de tudo mais, para poder saldar os compromissos, a Eletrobrás terá de aumentar as tarifas — aumento que terá também de ser concedido à Light. "Isso representará para a Light — diz Brizola — um acréscimo na receita de 13 bilhões de cruzeiros por ano, arrecadados do povo carioca e do povo paulista: um aumento de quase 8 cruzeiros por kw. em média".

Mais ainda: "A compra da Bond and Share fixa um critério, uma doutrina. A base dessa doutrina e em virtude do aumento de tarifas que terá de ser concedido à Light, tal o valor que adquirirá o seu patrimônio. Se se pretende pagar 116 bilhões de cruzeiros pela Bond and Share, que representa 10% de nossa potência instalada, quanto teremos de pagar pela Light, que representa mais de 55%?"

Entretanto — acrescenta o deputado Leonel Brizola — a maior parte do acervo dessas empresas já é nosso. Ficam um levantamento rigoroso, como o que foi feito no Rio Grande, e isso ficará provado. E vejamos mais um aspecto: está incluída nessa compra, por mais de 5 milhões de cruzeiros, a usina de Porto Alegre, que já é do Governo do Estado, que foi encampada legalmente pelo Governo do Estado. Está incluída a compra da rede de distribuição do Recife, que já está na posse do Governo do Estado, apenas se discutindo no Judiciário "o quanto se vai pagar".

Insistiu, enfim, o deputado Leonel Brizola em caracterizar esse negócio como um crime de lesa-pátria. Declarou: "O presidente Kennedy vai ficar aborrecido? Que vão às favas quantos presidentes Kennedy possam existir no mundo. Temos é de defender o nosso interesse, o interesse de nosso povo".



Hora do Arregio

Foi em Washington, quando da famosa missão San Tiago, que se concluiu o arregio iniciado por Jango na capital lanque em fevereiro de 62 para obter dólares. Kennedy disse que dava se eles comprassem o ferro velho. Bob e o professor, sorridentes, disseram que sim, se Kennedy desse mesmo. O presidente jurou então que daria se eles comprassem o ferro velho. Eles prometeram. Mas, não contaram com o povo. A negociata está jurada.

Discursos de Brito e San Tiago Confirmam a Ameaça

O discurso pronunciado pelo deputado Oliveira Brito, na qualidade de líder do Governo, na última segunda-feira, veio alertar mais ainda as forças patrióticas para a gravidade do risco que pesa sobre o nosso País no caso das concessionárias de serviço de público, em particular a Bond and Share.

Forçado a falar da tribuna da Câmara, o líder do Governo o que fez foi, em última análise, justificar a conduta que até aqui vem sendo seguida pelo Governo, quando o que se exige das autoridades é a declaração clara e incontestável de que não se realizará a negociata. No dia seguinte, também falando em nome do Governo, a despeito de generais, o sr. San Tiago Dantas afirmou que a melhor solução é mesmo a compra.

O povo brasileiro sabe perfeitamente que a Bond and Share e a Light não têm condições de atender as exigências de nosso desenvolvimento, nem têm o menor interesse em fazê-lo. A luta contra essas empresas imperialistas vem sendo, por isso mesmo, sustentada há muito tempo pelas correntes nacionalistas. Isso, entretanto, não pode servir de pretexto para que se leve à prática — no interesse dos próprios trustes e de seus agentes e advogados — uma tremenda negociata, que seria a compra do seu acervo. Porque não é compra que deve ser feita, e muito menos nas condições que se pretende fazer, verdadeiramente omíscas. O que deve ser feito, o que precisa ser feito, é, antes de

tudo, o levantamento fisco e contábil dessas empresas, a fim de que se determine com todo o rigor qual o seu verdadeiro patrimônio, e elas sejam encampadas. Isso, sim, será agir não só patrioticamente, mas decentemente. Aos trustes, porém, essa solução não interessa, de modo algum. E não interessa porque, de modo geral, o patrimônio que alegam possuir (no caso da Light, cerca de 600 milhões de dólares) já pertence, em verdade, ao povo brasileiro. Não ficou isso demonstrado, por a mais há, no caso do tombamento feito no Rio Grande do Sul? Não foi isso o que se apurou como resultado dos estudos feitos em Pernambuco? — e isso pode ser duro com especial razão no caso do Governo atual — não para defender os interesses dos nossos espoliadores, cruaemente apontados pelo presidente Vargas em sua carta-testamento, e sim para salvar, pela intervenção nacional, do povo brasileiro, de o juízo, do ponto de vista do Brasil, é fazer-se o tombamento, por que então o Governo quer fugir a ele e realizar uma compra em circunstâncias vergonhosas, partindo dos dados arbitrários e falsos oferecidos pelos próprios trustes? O que se sabe, por exemplo, é que o investimento inicial do grupo Light em nosso País foi inferior a 20 milhões de dólares. Durante todos esses anos de espolição e mau serviço, a Light carrou bilhões para a subsidiária e aumentou, às custas de capital formado no Brasil — e não de capital vindo do exterior — o seu

dito patrimônio. O que fez foi reinvestir — e ainda aqui tem toda a atualidade a denúncia feita por Vargas.

O discurso pronunciado pelo líder Oliveira Brito não foi além das evasivas. Não respondeu, de modo nenhum, aos protestos que se fazem hoje em todo o País contra a negociata em curso. Serviu apenas para mostrar que o crime de lesa-pátria que se quer mesmo cometer — como afirmou San Tiago — só não será consumado se redobramos, todos os patriotas, a luta contra ele.

novos rumos